

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM - FACL
CURSO DE LICENCIATURAPLENA EM LÍNGUA PORTUGUESA

MICHAELLY ALMEIDA DE MENEZES

**A HISTÓRIA DE GRAMÁTICAS INFANTIS NA AMAZÔNIA
PARAENSE (1850- 1920): A GRAMÁTICA ‘EXERCÍCIOS DE
PORTUGUEZ’ DE VILHENA ALVES**

ABAETETUBA

2018

MICHAELLY ALMEIDA DE MENEZES

**A HISTÓRIA DE GRAMÁTICAS INFANTIS NA AMAZÔNIA
PARAENSE (1850- 1920): A GRAMÁTICA ‘EXERCÍCIOS DE
PORTUGUEZ’ DE VILHENA ALVES**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará- Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de graduação em licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raimunda Dias Duarte

ABAETETUBA

2018

MICHAELLY ALMEIDA DE MENEZES

**A HISTÓRIA DE GRAMÁTICAS INFANTIS NA AMAZÔNIA
PARAENSE (1850- 1920): A GRAMÁTICA ‘EXERCÍCIOS DE
PORTUGUEZ’ DE VILHENA ALVES**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará- Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de graduação em licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raimunda Dias Duarte

Data da avaliação: ____/____/____.

Conceito: _____.

Banca Examinadora:

Prof. Msc. Marcos Ferreira Barbosa
Examinador UFPA

Profa. Msc. Rejane Santos Nonato
Examinadora UFPA

Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte
Orientadora – UFPA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser imprescindível em minha vida, autor do meu destino, meu guia, meu tudo, em todas as horas da minha vida, a minha mãe Maria Edvânia Almeida de Menezes, meu pai José Milton Menezes, meu irmão Milton Júnior e ao meu namorado Neto Amorim.

AGRADECIMENTOS

Primordialmente agradeço imensamente a Deus por ter me dado forças para conseguir concretizar essa meta.

Aos meus pais, Maria Edvânia Almeida de Menezes e José Milton Menezes, que sempre se empenharam grandemente na construção da minha vida educacional e pessoal.

À minha orientadora, Professora Dr.^a Raimunda Dias Duarte, que me orientou e construiu junto comigo este trabalho. Sua ajuda foi primordial em todos os momentos. Muito obrigada, minha caríssima orientadora, pelo exemplo de erudição e honestidade intelectual.

Aos amigos que ganhei durante a jornada na graduação, em especial a Cleonice Vilhena, Gleice Rodrigues, Vitor Aracaty, Naiza Vilhena, Airton Furtado, Wingledi Pursel.

Ao meu irmão, Milton Júnior, que me alegrou nos momentos mais complicados dessa jornada.

Ao meu namorado, Prof^o MSc Neto Amorim, pelo total apoio e por estar ao meu lado nessa fase de grande importância em minha jornada.

Enfim, a todos os professores da Universidade Federal do Pará, os quais contribuíram na minha formação como docente.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo de caráter histórico que tem como objetivo catalogar gramáticas infantis produzidas no Pará no período de 1850 a 1920. Com isso, busca-se discutir sobre a educação no Brasil e no Pará no período de 1850 a 1920; compreender a história do livro e da gramatização no Brasil; investigar sobre a produção de gramáticas na Amazônia Paraense (1850 a 1920); discutir a respeito da vida e obra de Vilhena Alves e, por fim, analisar a obra Exercícios de Português, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves, como objeto físico. A obra foi publicada em 1900. Como embasamento dessa pesquisa, utilizam-se as concepções de Auroux (1992), Bittencourt (2004), Braga (1913), Choppin (2004), Orlandi (2001) e Travaglia (1996). Na Amazônia, as pesquisas sobre a história de gramáticas infantis ainda são bem iniciais. Os indícios apontam para alguns artigos e para um livro publicado recentemente sobre história de livros escolares de leitura o qual apresenta alguns dados sobre história da gramática. Devido a esses fatores, percebe-se o quanto é relevante esse tipo de investigação para a constituição da história do livro didático na Amazônia. O estudo está voltado para uma pesquisa que visa colaborar para a constituição da história do livro didático na Amazônia. Como resultado de pesquisa, foram catalogadas 28 gramáticas paraenses que contribuíram para a educação do estado e foi feita a análise física na obra “Exercícios de Português”.

Palavras-chave: Livro didático; Gramáticas infantis; Catalogação; Vilhena Alves.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 HISTÓRIA DO LIVRO E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL	9
1.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO PARÁ NO PERÍODO DE 1850 A 1920.....	12
1.2 A PRODUÇÃO DE GRAMÁTICAS NA AMAZÔNIA PARAENSE (1820 A 1920).....	16
1.3 OS PRINCIPAIS AUTORES DE GRAMÁTICAS NO PARÁ.....	20
2 ANÁLISE DA OBRA “EXERCÍCIO DE PORTUGUEZ”	28
2.1 A OBRA “EXERCÍCIO DE PORTUGUEZ” COMO OBJETO FÍSICO.....	31
2.2 A OBRA ‘EXERCÍCIO DE PORTUGUEZ’: IDEIAS LINGUÍSTICAS.	44
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

No Brasil, especialmente na Amazônia paraense, parece que não houve muita preocupação de bibliógrafos no que diz respeito à conservação e catalogação de livros didáticos porque estes têm vida curta e estão em constante renovação, o que justifica a grande dificuldade de se encontrar exemplares de obras da segunda metade do século XIX e início do século XX, período importante de produção de livros didáticos na Amazônia Paraense.

Segundo Estudos de Choppin (2004), existem poucos trabalhos que investigam sobre a história de livros didáticos no mundo. Na Amazônia, uma tese sobre a história de livros escolares de leitura foi defendida em 2015, sendo publicada em formato de livro em abril de 2018. No entanto, não há indícios de trabalhos sobre a história de gramáticas infantis na Amazônia.

A partir dessas questões, toma-se como objetivo geral do trabalho é catalogar gramáticas infantis produzidas no Pará no período de 1850 a 1920. Com isso, busca-se discutir sobre a educação no Brasil e no Pará no período de 1850 a 1920; compreender a história do livro e da gramatização no Pará; investigar sobre a produção de gramáticas na Amazônia Paraense (1820 a 1920); discutir a respeito da vida e obra de Vilhena Alves e, por fim, analisar a obra Exercícios de Portuguez como objeto físico.

Para a realização da parte metodológica desse trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em obras de historiadores paraenses visando encontrar indícios que apontem para a produção de gramáticas infantis na Amazônia paraense. Foi realizada também uma pesquisa documental na busca de gramáticas infantis paraenses do período de 1820 a 1920. Neste caso, a pesquisa se deu em arquivos públicos, bibliotecas digitais, sebos, revistas escolares etc. Para a realização da pesquisa, utilizou-se como base os aportes teóricos pautados nas leituras efetuadas em Aurox (1992); Bittencourt (2006); Braga (1913); Choppin, (2004); Orlandi (2001) e Travaglia (1996).

O presente estudo está dividido em cinco partes: na primeira parte discuto sobre a educação no Brasil e no Pará no período Imperial e no início da República. A segunda parte tratará sobre a história do livro e o processo de gramatização no Brasil. Na terceira parte será especificado sobre a produção de gramáticas na Amazônia paraense (1820 a 1920). A quarta parte trata sobre a vida e obra do autor Vilhena Alves. Enquanto na quinta parte será destinada à análise da obra ‘exercício de portuguez’ como objeto físico.

1 HISTÓRIA DO LIVRO E O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL

Os estudos sobre a história do livro didático se desenvolveram bastante nos últimos tempos. Segundo Choppin (2004):

A imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam de que ela fosse, do que como ela realmente é. Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, freqüentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados (CHOPPIN, 2004, 557).

Choppin é um dos autores que trata de forma bem objetiva sobre a questão da história do livro didático. Para o estudioso, os livros escolares assumem múltiplas funções, das quais aponta quatro funções primordiais:

1. **Função referencial**, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.
2. **Função instrumental**: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc.
3. **Função ideológica e cultural**: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar — e, em certos casos, a doutrinar — as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz.
4. **Função documental**: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada — afirmação que pode ser feita com muitas reservas — em ambientes pedagógicos que privilegiam a

iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores. (Choppin, 2004, p.553)

Ao longo deste trabalho, discutiremos, direta e indiretamente, essas funções. De acordo com Bittencourt (2004, p. 483)

O livro didático traz, desde sua origem, uma ambigüidade no que se refere ao seu público. O professor é figura central, mas existe o aluno. O livro didático não pode separá-los. A partir da segunda metade do século XIX passou a se tornar mais claro que o livro didático não era um material de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava partes do livro nas aulas, mas que ele precisava ir diretamente para as mãos dos alunos. O aluno era (e ainda é) um público compulsório, mas assumi-lo como consumidor direto do livro significava, para autores e editores, atender a novas exigências, transformando e aperfeiçoando a linguagem do livro.

Sobre livro didático, Bittencourt (2004) defende que “uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina. (BITTENCOURT, 2004, p. 296). A autora mostra que o livro é portador de informações, as quais fazem parte de uma determinada disciplina. Neste trabalho, discutimos a disciplina língua portuguesa, tratando de uma gramática publicada em 1900, cujo autor é Vilhena Alves.

Fávero (2000) aborda o seguinte a respeito da gramática:

A gramática não tem por finalidade ensinar a língua, mas fornecer modelos (literários) aos que já possuem a língua padrão. Ela é ao mesmo tempo o reflexo e o resultado de uma organização social e ferramenta da classe dominante; o gramático sem perceber desempenha o papel ideológico de exclusão do saber (e do poder) das camadas que não constituem a elite. FÁVERO (2000, p. 182).

Ali (1923 apud FÁVERO, 2000, p. 189) defende que a “gramática é o conjunto de regras observadas em um ou mais idiomas relativos ao som ou fonemas, as formas dos vocábulos e a combinação destês em proposições”. Júlio Ribeiro, autor mineiro, adverte que o estudo da gramática não tem como principal objetivo a correção da linguagem. A gramática, para ele, é uma facilitadora desse processo de aprendizagem da fala e da escrita corretas.

Neves (2001, p. 89) diz que:

A finalidade de qualquer gramática de referência é a busca das regularidades, a especificação da sistematicidade da atividade linguística. O que se examina é a produção de sentido, e ela se opera no jogo que equilibra

o sistema: o jogo entre as restrições (o determinístico) e as escolhas (o probabilístico); visto que essas escolhas mantêm estreita dependência com natureza da atividade linguística (escrita/oral), ressalta a importância do tipo de atividade linguística na condução da busca dessas regularidades.

A autora defende que é intuito de qualquer gramática orientar e regular o uso da língua, sistematizando-a de forma estruturada. E por fim, Maximino Maciel, autor que introduz a noção de norma na definição da gramática no Brasil, diz que “a gramática é a sistematização lógica dos fatos e das normas de uma língua qualquer” (MACIEL, 1894, p. 1).

Um dado muito importante a respeito da gramática está interligado à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a qual normatiza o ensino da gramática

Em 1959, instaura-se a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Esta Nomenclatura foi estabelecida por um decreto do Ministério da Educação e da Cultura e tornou obrigatório (oficial) para o ensino no Brasil uma nomenclatura (fixa) dos fatos gramaticais: partes da gramática, classe das palavras, etc. Esta nomenclatura decretada pelo Estado anula os efeitos de uma posição original de autores assumido pelos gramáticos. Estes não fala mais dos fatos da linguagem, eles repetem uma nomenclatura que lhes foi oficialmente imposta (ORLANDI, 2001, p. 28).

A respeito da construção da gramática, Orlandi (2001) enfatiza que é interessante observar que a gramática está interligada à relação do sujeito com a sociedade por meio da história, especificamente da história da língua. Tanto é que a autora ainda elenca que “a gramática, o dicionário, são objetos de conhecimento determinado sócio historicamente. O ensino prescinde desses objetos e dessas soluções” (ORLANDI, 2001, p. 8).

A grande produção de instrumentos linguísticos no Brasil na virada do século XIX para o século XX, torna relevante compreender o conceito de gramatização. Segundo Aurox (1992, p. 65)

Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.

Para este trabalho, o objeto de estudo é a gramática “Exercícios de Portuguese”, de Vilhena Alves, publicada em 1900.

O ensino do português no Brasil e o processo da gramatização brasileira são fortemente marcados, primeiramente, pela relação que o Brasil teve com as ideias filosóficas e científicas de outros países diferentes de Portugal e, também, pela instituição escolar brasileira (ORLANDI, 2001).

Orlandi (2001), aponta que, em relação à língua, não se trata somente de saber a língua que se fala, mas de construir um aparelho institucional que envolve tecnologia científica e instituições. “É neste sentido e nessa direção que o processo de gramatização brasileira do português faz parte de um novo espaço de produção linguística. Além do mais, a autora enfatiza que:

A constituição da língua nacional no Brasil é o produto da história contraditória da gramatização brasileira. Sustentando a idéia de que gramatização de uma língua é uma parte da história dessa língua, podemos afirmar que as tecnologias linguísticas não são somente os produtos de um bom saber mas que eles contribuem para a constituição dos fatos da língua (ORLANDI, 2001, p.33).

Segundo Auroux (2009, p. 75-76), “o processo de gramatização nunca termina”, porque as línguas evoluem e requerem estudo sistemático e histórico a todo tempo.

1.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO PARÁ NO PERÍODO DE 1850 A 1920

O Império brasileiro iniciou em 1822, com a Independência, e desencadeou-se até 1889, com a Proclamação da República. Com o fim do período colonial, claramente havia a necessidade na nova ordem política. Diante disso, viu-se a necessidade de o novo regime modificar os projetos da reforma do ensino do período Imperial. Contudo, houve pouco investimento no ensino primário. O governo imperial atribui às províncias “a responsabilidade direta pelo ensino primário e secundário, através das leis e decretos que vão sendo criados e aprovados, sem que sejam aplicados, pois não existiam escolas e poucos eram os professores (NASCIMENTO, 2004, p. 95).

O governo imperial tentou organizar o ensino primário por meio da Lei de 15 de outubro de 1827, vigorando por mais de cem anos, sobre a qual Nunes (2008) retrata o seguinte:

Apesar dos pontos negativos, a Lei de 15 de outubro de 1827 foi a única tentativa de organização do ensino primário até 1946, quando, no Ministério da Educação integrando o Governo Provisório do Dr. José Linhares, que respondia pela Presidência da República após a deposição de Getúlio Vargas, Raul Leitão da Cunha baixou o Decreto- Lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946, sob o rótulo de Lei Orgânica do ensino primário (NUNES, 2008, p. 39).

Alguns pontos importantes da lei:

Art. 1º – Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias.

[...]

Art. 4º – As escolas serão de ensino mutuo nas capitais das províncias; e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

Art. 5º – Para as escolas do ensino mutuo se aplicarão os edifícios, que houver com suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários á custa da Fazenda Pública e os Professores, que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados, nas escolas das capitais.

Art. 6º – Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica apostólica romana, proporcionando á compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

[...]

O 1º artigo trata a respeito da existência das escolas em cidades, vilas e lugares mais populosos. Isso aponta para a disseminação da educação, um fator importante para a constituição da sociedade. No 6º artigo, é reportado como os professores deveriam desempenhar o seu trabalho com os alunos, além do que, também é elencado a respeito das disciplinas estudadas nessa época, dentre as quais destaca-se a gramática da língua nacional.

A lei que está ligada ao período do Império no Estado paraense é a Lei n. 33, de 30 de setembro de 1839. O Doutor Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Gram-Pará decretou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Presidente da Província a instituir nessa cidade uma Escola Normal, e a engajar na Corte do Império algum aluno hábil da escola ali criada, ou a mandar aplicar-se nela algum paraense, que dê provas de capacidade e aplicação.

Art. 2º. Também fica autorizado para mandar reimprimir o curso normal para os professores primários de Mr. Degerando, já traduzido no Rio de Janeiro, o qual será distribuído pelo professor da Escola Normal aos seus alunos, e o será também a todos os professores de primeiras letras da província.

A Lei nº 97, de 28 de junho de 1841, decretada pelo Vice Presente da Província do Gram-Pará, decretou e sancionou no Capítulo 1º da Instrução Primária o seguinte artigo:

Art. 2º. A Instrução Primária geral e gratuita para todos os Cidadãos [art. 179 § 3º da Const.] será ensinada em Escolas, e constará das duas seguintes Classes de estudos aplicados a ambos os sexos.

Classe 1ª. Leitura e Escrita ou Caligrafia, Princípios de Aritmética com o perfeito conhecimento das quatro operações aritméticas em números inteiros, fracionados, complexos, e proporções; Gramática da Língua Nacional, e Elementos de Ortografia.

Classe 2ª. Princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado, Noções de Civilidade, Elementos Gerais de Geografia, Leitura da Constituição e da História do Brasil.

No Artigo 2 da referida lei é tratado sobre as disciplinas de estudos, e dentre elas destaca-se a Gramática da Língua Nacional e Elementos de Ortografia, assuntos fundamentais para a constituição dos estudos do educando, principalmente no que diz respeito à área da linguagem.

Houve pouco interesse do governo imperial pelo ensino primário. Contudo, nesse período foram criadas, por Dom Pedro I, algumas instituições importantes. Nascimento (1999) retrata o seguinte:

No império foram criadas várias instituições de pesquisas, algumas das quais continuam funcionando até hoje. Dentre tais instituições é possível citar o Museu Paraense, criado por Emílio Goeldi em 1885, o Instituto Agrônomo, criado pelo Governo Imperial em 1887, em Campinas. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi criado em 1873, por ato do Governo Imperial. Em Recife, dentre as muitas obras encomendadas, entre 1840 e 1846 ao engenheiro Francês Louis Vauthier, estava o Teatro Santa Izabel. (NASCIMENTO, 1999, p.32).

Foram criadas instituições importantes voltadas para a área da pesquisa. O Museu Paraense, criado por Emílio Goeldi, está enquadrado nessa parte que se remete a essas organizações, destacando que o mesmo possui acervos voltados para as áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia.

O fim do Império deu-se no ano de 1889, com a Proclamação da República, sendo que, nessa época, a maioria da população era analfabeta. Dessa classe faziam parte além dos operários e agricultores, os negros que ganharam suas cartas de alforria. Como foi mencionado anteriormente, os meios educacionais eram precários, deixando à mercê boa parte dos cidadãos carentes.

No final do período imperial e início do republicano, no Estado Pará, a economia voltou-se para a comercialização da borracha, a qual colaborou tanto para o desenvolvimento do Estado como também para a educação, pois com a economia estabilizada pode-se aumentar a produção de livros didáticos nesse período.

Braga (1913), aponta para um acervo numeroso de obras didáticas que serviam à educação e à instrução elementar da mocidade paraense no século XIX e no início do século XX e coloca o Pará como um dos Estados do Brasil que mais produziu livros didáticos para a infância nesse período.

Moreira (1979) confirma o que Braga retrata que, todas as matérias curriculares do curso primário achavam-se representadas na bibliografia dos livros didáticos paraenses, o que colocou o estado do Pará em situação privilegiada em relação a outros Estados brasileiros.

Coelho (2011) trata a respeito da educação em Belém:

A respeito da realidade educacional de Belém, nessa época, ampliou-se o número de vagas no ensino público com a inauguração de Grupos Escolares, por exemplo, “Benjamim Constant” (1901), “Rui Barbosa” (1902), “José Veríssimo” (1903), “Floriano Peixoto” (1918) e a “Escola de Aprendizizes Artífices do Pará” (1910), atual Centro Federal Tecnológico do Pará. Em 1898 foi inaugurado o Instituto Carlos Gomes, dedicado ao ensino de música. (COELHO, 2011, p. 2).

Segundo os estudos cultivados por Moraes (2011), já neste primeiro momento implementa-se “uma concepção político educacional republicana”, pois

Neste governo Republicano, se empreendeu a reforma completa do ensino primário, formulando-se novo regulamento, a descentralização da administração da instrução pública, a modificação curricular do ensino primário, a adoção de novos métodos de ensino e a preocupação com a formação dos professores primários. A partir dessa reforma, se implementa uma concepção político-educacional republicana, algo já propugnado pelos republicanos paraenses nas páginas do “A República”, a partir de 1886, e sistematizado no pensamento educacional de José Veríssimo. (MORAES, 2011, p. 86).

José Veríssimo, como Diretor de Instrução Pública no período de 1890 e 1891, implementou a primeira reforma no âmbito educacional no Pará republicano, através do decreto 149 de 7 de maio de 1890, o qual tem como principais pontos os discursos que inibiam a prática das escolas mistas, apontando para uma espécie de retorno aos padrões anteriores à institucionalização feita em 1880.

Coelho (2011) aponta que José Veríssimo apresenta sete critérios que deveriam nortear a produção de livros didáticos no País:

1. Que seja composto com clareza, correcção, precisão e methodo.
2. Que seja feito de accordo com as lições mais acceitas da pedagogia moderna e segundo os melhores modelos em pratica nos povos mais adiantados que nós.
3. Que estejam de conformidade com os nossos programmas de ensino, ou que a elles se possam adaptar sem dificuldade.
4. Que sejam impressos em bom papel, com typo graúdo, segundo as preocupações da hygiene escolar.
5. Sempre que for possível, sejam copiosamente illustrados, com boas gravuras, finas, nítidas e de accordo com o texto.

6. Que o seu preço seja o mais módico possível, podendo o poder competente fazer depender a apreciação do preço máximo que fixará.

7. Que sejam sempre postos à venda cartonados e brochados. (COELHO, 2011, p. 4).

Na República, tratava-se muito da expansão da rede escolar para combater o analfabetismo. No entanto, ainda nesse período estava presente o voto de cabresto, no qual os eleitores não precisavam ser alfabetizados para votar no candidato escolhido pelos coronéis. Em vista disso, Collares (2007), aborda que:

O país inicia os primeiros passos republicanos quando a oligarquia era quem estava no poder, e a educação, desta forma, estava de acordo com interesses desses oligárquicos, o que se tinha, então, era a maioria da população, marginalizada do processo escolar. As poucas escolas que existiam estavam a serviço da preparação da “elite” brasileira. (COLLARES, 2007, p. 11).

Collares (2007) deixa bem explícita essa questão da educação destinada à classe mais favorecida, deixando-se à mercê a classe dos desvalidos. Contudo, Bittencourt, mostra como o desvalido é “incluído” no processo de escolarização:

A escola, sob a ótica do nacionalismo vigente, era a instituição fundamental criada pela “nação” para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos [...] devendo, então, cuidar de transformar o caboclo, o imigrante e o operário em cidadãos brasileiros (BITTENCOURT, 2011, p. 56).

A educação republicana tinha uma preocupação com a formação moral e cívica da população, que resultaria na formação do caráter nacional e do cidadão patriótico. Esse interesse estava vinculado à ideia de formar cidadãos que se encaixassem no padrão de civilidade e moral cristã dessa época.

1.2 A PRODUÇÃO DE GRAMÁTICAS NA AMAZÔNIA PARAENSE (1820 A 1920)

Sabe-se da grande importância que o livro didático possui em uma sociedade. Independente do período em que esteja inserido, ele acaba se tornando uma ferramenta importante para a educação. Bittencourt (2008) defende que:

O livro didático tornou-se, rapidamente, texto impresso de maior circulação, atingindo uma população que se estendia em todo o país. A obra didática caracterizou-se desde os seus primórdios, por tiragens elevadas, comparando-se à produção de livros em geral. A circulação dos livros

escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado e, até certo ponto, privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura. (BITTENCOURT, 2008. p. 83).

Bittencourt (2008) defende que a circulação de livros escolares era tão extensa que ultrapassava de todas as outras obras. Isso confirma, a relevância dessa ferramenta para a construção do saber no decorrer do tempo.

O Pará teve uma grande visibilidade na produção de livros didáticos no século XIX. Tanto é que, Theodoro Braga, em 1913, aponta para um acervo numeroso de obras didáticas que serviam à educação e à instrução elementar da mocidade paraense no século XIX e no início do século XX e coloca o Pará como um dos Estados do Brasil que mais produziu livros didáticos para a infância nesse período.

O valor e a importância dessas obras serão facilmente aferidos pela capacidade dos nomes que os firmam, aliás, notória, e pela aprovação unanime do Conselho de Instrução Pública do Pará e mesmo da de outros Estados, com que a maioria desses trabalhos foi merecidamente recompensada. Do seu elogio como valor didactico falam, por si, as repetidas edições com que o poder público as tem sagrado, preenchendo, de facto, lacunas antes sentidas no ensino primário. Pela bibliographia citada pode avaliar quanto empenho e patriotismo se há posto no movimento continuado em prol da instrução pública entre nós. Demais, todas as Disciplinas indispensáveis tiveram compendiadores e tratadistas autorizados, que as desenvolveram com proficiência e methodopratico útil, enriquecendo a pedagogia paraense com um material avultado, cuja proficuidade é manifesta nos resultados escolares verifica dos dia a dia. (BRAGA, 1915, p. 79).

Com a aprovação no Conselho de Instrução Pública do Pará, as obras acabavam aderindo mais reconhecimento, podendo ser utilizadas nas escolas. Moreira (1979) confirma o que Braga diz, colocando em ênfase que todas as matérias curriculares do curso primário achavam-se representadas na bibliografia dos livros didáticos paraenses, o que colocou o Estado do Pará em situação privilegiada em relação a outros Estados brasileiros (DUARTE, 2018).

Coelho (2003) diz o seguinte a respeito das obras produzidas no Estado do Pará:

Os livros escolares com maior números de obras produzidas foram os de gramática, leitura e moral e cívica, porém todas as disciplinas do ensino primário foram contempladas com a produção de livros escolares de autores paraenses. É relevante perceber que a intensa movimentação na área da editoração no Pará ocorreu no período áureo do ciclo da borracha. O final do século XIX e início do século XX foi um período de prosperidade na Amazônia e o mercado editorial participou desse crescimento econômico e cultural da região. (COELHO, 2003, p.1).

Segundo a autora, as gramáticas estão entre os livros escolares mais produzidos no Estado do Pará. É o que se pode comprovar no quadro abaixo. Essas obras eram aprovadas pelo Conselho de Instrução Pública do Pará e com essa aceitação esses livros escolares eram utilizados nas escolas.

A seguir, encontra-se nesse quadro as gramáticas infantis produzidas no Pará no período de 1850 a 1920.

Quadro 1: gramáticas infantis produzidas no Pará no período de 1850 a 1920.

AUTOR	OBRA	FONTE
ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena	1. Compendio de analyse moderna: lexicologia e syntactica. Pará: Typografia do Diário Oficial (editado por J. B. dos Santos & Cia), 1895	BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA (CENTUR) E ‘O LIVRO DIDÁTICO PARAENSE’, DE EIDORFE MOREIRA Obs: “Exercícios de portuguez”, também está na obra de Theodoro Braga.
	2. Exercícios de portuguez. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1900.	
	3. Grammatica portugueza: curso superior. Pará: Typ. e Encad. de Pinto Barbosa & Cia, 1895	
	4. Primeira grammatica da infancia. 3ª Edição. Belém: Typ. e Enc. de P Barbosa, 1896	
	5. Segunda grammatica da infancia: curso médio. 2ª Edição. Pará: Typ. de Pinto Barbosa & Cia, 1897	
	6. Exercício de analyse moderna. 1915	OBRA “HISTÓRIA DO PARÁ” DE THEODORO BRAGA
BATISTA, Laudelino.	7. Noções essenciais de gramática portuguesa. Belém: Livraria escolar, 1912	OBRAS LOCALIZADAS EM “O LIVRO DIDÁTICO PARAENSE” DE EIDORFE MOREIRA
BRITO, Paulino	8. Brasileirismos decolocação de pronomes: resposta ao snr. Candido de Figueiredo (artigos publicados no Jornal do Commercio -1908). Rio de Janeiro: Viuva Azevedo, 190. ¹	BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA (CENTUR)
	9. Colocação dos pronomes: artigos publicados na Provincia do Pará (1906-1907. Paris: Aillaud, 1907. ²	
	9. Grammatica complementar da lingua portugueza. 7ª Edição. Pará: Papelaria Suisso (Aillaud & Cie) 1928.	
	10. A Grammatica do professor, 1908.	
	11. Gramática primária da Lingua Portuguesa. Paris:	OBRA “O LIVRO

¹ No que diz respeito, a essas gramáticas catalogadas, é importante destacar que, elas não são gramáticas no sentido do termo, mas sim por tratarem de fenômenos específicos da gramática da língua portuguesa.

	Jablonski, Vogt & Cie, 1899 segundo Black e v.	DIDÁTICO PARAENSE” DE EIDORFE MOREIRA
CARLOS ELPÍDIO NASCIMENTO	12. A língua nacional (antinomias ¶llelismo): os factos psychologicosacções e reacções literárias as influenciassociaes. 7ª Edição. Belém: [s.n],1917.	BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA (CENTUR)
Cônego Domiciano H. P Cardoso.	13. Compêndio de Gramática Portuguesa. Livraria Universal, 1889	OBRAS LOCALIZADAS EM “O LIVRO DIDÁTICO PARAENSE” DE EIDORFE MOREIRA
CONTENTE, JOSÉ CUPERTINO	14. Dos superlativos latinos e portuguezes: estudo comparativo. Pará: Escolar, 1930	BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA (CENTUR)
FARIA, Francisco Raimundo Correia	15. Compendio da Língua Brasileira: para uso dos que a ella se quizerem dedicar. Pará: Typ. de Santos R. Filho, 1858.	BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA (CENTUR)
Ou (Coronel) Francisco Raymundo Corrêa Farias.	16. Grammatica da língua indígena,1915*	OBRA “HISTÓRIA DO PARÁ” DE THEODORO BRAGA 1915
	17. Compêndio da Língua Indígena Brasileira. Tipografia de Santos e Menor, 1858.	
LISBOA.Ezequiel	18. Analyses de portuguez. Pará: P. de Oliveira Eidorfe: Livraria Escolar), 1909	BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA (CENTUR) e OBRA “O LIVRO DIDÁTICO PARAENSE” DE EIDORFE MOREIRA
LUZ, Sabino	19. Elementos de Gramática,1896	OBRAS LOCALIZADAS EM “O LIVRO DIDÁTICO PARAENSE” DE EIDORFE MOREIRA
MIRANDA, Vicente Chernont de	20. Glossário paraense ou Collecção de vocábulos peculiares á Amazônia e especialmente á Ilha do Marajó. 5ª Edição.Pará. A Vapor de A. Faciôla, 1905	BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA (CENTUR)
MARQUES,Felipe Pinto	21. Gramatica elemental da Língua Portuguesa. Maranhão: Tipografia de A. P. Ramos de Almeida & Cia, 1889.	OBRAS LOCALIZADAS EM “O LIVRO DIDÁTICO PARAENSE” DE EIDORFE MOREIRA
	22. Grammatica elemental da lingua portuguesa extrahida dos melhores auctores e coordenada por... 2.a ed. Melhorada e mais corrigida.C. Seidl, 1875	LÍNGUA PORTUGUESA, GRAMÁTICA. PDF
	23. Grammatica elemental da lingua portuguesa extrahida dos melhores auctores e coordenada, etc. Quarta edição, 1882	SACRAMENTO BLACK, 2º VOLUME- 1893
	24. Grammaticafranceza. (obra incompleta), 1915*	OBRA “HISTÓRIA DO PARÁ” DE THEODORO BRAGA 1915 E OBRAS LOCALIZADAS EM “O LIVRO DIDÁTICO PARAENSE” DE EIDORFE MOREIRA
MEIRA.Augusto	25. ‘Esthesia philologica variações pronominaes. BELÉM. Imprensa Oficial do Estado do Pará 1909 . ²	BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA (CENTUR) Catálogo de obras raras
SANTOS, A. Ferreira	26. Duvidas e conjecturas sobre a accentuaçãotonica de batavo, getudo e incude.8ª Edição. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917 ²	BIBLIOTECA ARTHUR VIANNA (CENTUR)

SOUZA, Júlio César Ribeiro.	27. Gramática Portuguesa. Belém: Tipografia Comercial, 1872.	OBRA LOCALIZADAS EM "O LIVRO DIDÁTICO PARAENSE" DE EIDORFE MOREIRA
-----------------------------	--	--

Como se pode notar, uma boa quantidade de gramáticas foi produzida no Estado do Pará no período de 1850 a 1920 e isso acaba colocando o Pará em uma boa posição quanto à questão de publicação de obras didáticas, pois enquanto outros Estados precisavam obter livros didáticos de outros lugares para complementar o material necessário para o desenvolvimento da escola, o Pará já tinha seu próprio acervo, o que acabava possibilitando que as escolas utilizassem as obras de autores paraenses.

1.3 OS PRINCIPAIS AUTORES DE GRAMÁTICAS NO PARÁ

Todos os gramáticos listados no quadro acima tiveram uma importância ímpar para educação paraense/brasileira. Diante disso, será elencando alguns autores que produziram gramáticas, dentre eles, destacam-se: José Augusto Meira Dantas, Felipe Pinto Marques, Júlio Cesar Ribeiro de Souza e Paulino de Brito.

Dentro os autores de compêndios escolares, citamos José Augusto Meira Dantas, autor de 'Esthesia filológica: variações pronominaes', publicada pela Imprensa Oficial do Estado do Pará, em 1909. Esse autor nasceu no engenho Diamante, no município de Ceará-Mirim (RN), no dia 11 de dezembro de 1873, sendo relevante mencionar que este autor não nasceu no Pará, no entanto, por ter as suas obras publicadas no Estado, ele acaba sendo considerado um autor da região.

Em 1903, Augusto Meira participou do Congresso de Juristas realizado no Rio de Janeiro e, nesse mesmo ano, transferiu-se para o Estado do Pará, sendo nomeado promotor público da comarca de Santarém (PA). Augusto Meira atuou como jurista na questão aberta entre os governos federal e do Amazonas acerca dos direitos sobre a região do Acre — antes pertencente à Bolívia e incorporada ao Brasil mediante o Tratado de Petrópolis de 1903 —, manifestando-se contra a reivindicação amazonense de incorporação da referida região (CPDOC, 2018 p.01).

Em 1905, Meira atuou como promotor público em Belém. Dedicou -se também, nessa cidade, à área da advocacia, política e jornalismo, colaborando como articulista no Jornal do Comércio e no Jornal do Brasil, na imprensa paraense. Também foi literato e poeta, membro

fundador da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico do Pará. Foi ainda diretor da Faculdade de Direito do Pará. Foi Senador, Deputado Estadual e Federal, Professor. Além de escrever *Esthesia philologica*, o autor publicou outras obras, tais como: *Autonomia acreana* (1913); *Rui Barbosa e Rio Branco* (1918), *Amazonas versus Pará* (1932), *Eis o livro*, *Estudos de filosofia, Religião e história*, *Violação e restauração da lei*, *Mandado de segurança*, *Discursos do paraninfo*, dentre outras. Após realizar, em 1907, uma viagem à Europa, que havia recebido como prêmio de formatura, retornou a Belém, conquistando por concurso, no ano seguinte, a cátedra de direito penal da Faculdade de Direito do Pará e, a seguir, a cátedra de direito civil da mesma instituição. Como pode-se notar foi um autor que desempenhou várias funções as quais contribuíram para a história do Estado paraense. Faleceu em Belém no dia 24 de março de 1964 (CPDOC, 2018 p. 1). A partir do exposto, nota-se a relevância de Augusto Meira para a educação do Pará.

O outro autor é Felipe Pinto Marques que, segundo Blake (1893), foi seminarista e chegou a estudar por algum tempo na França por iniciativa de D. Antonio de Macedo Costa (bispo do Pará). Por motivo de doença, regressou ao Pará onde trabalhou como professor de Português, Francês e Geografia, além de ter exercido o cargo de Diretor da Instrução pública. Foi autor de das seguintes gramáticas: *Noções Grammaticais portuguesas*, *Gramática elementar da língua portuguesa* que, cronologicamente, parece ter sido a segunda obra paraense voltada para o ensino da língua vernácula.

De acordo com informações colhidas em Blake (1893), as primeiras edições foram impressas no Pará. Em 1889, saiu a sexta edição, impressa na tipografia maranhense de A. P. Ramos de Almeida & Cia. Nela consta uma dedicatória a D. Antonio de Macedo Costa, escrita em 1873 (MOREIRA, 1989, p. 31). Foi também autor de uma gramática francesa que deixou incompleta e inédita. Sua gramática apresentava várias notas de rodapé de natureza explicativa, além de quadros sinóticos com gráficos ilustrativos (MOREIRA, 1989, p. 32).

É importante mencionar que as gramáticas de Pinto Marques foram utilizadas oficialmente nas escolas primárias amazonenses (1852-1910), conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Gramáticas de Pinto Marques.

Ano	LD (Gramática)	Fonte
1878	Grammatica, F. P. Marques	Fonte: Correspondências da Instrução Pública janjun 1878 - 11 CD 2005 (Parte II)
1882	Gramáticas Pinto Marques	Fonte: Correspond. de professores 1882 +Relação dos livros fornecidos às escolas da província em 1882. Correspond. Inst. Pub. jan dez 1883 – 06 CD 2005 (Parte II)

1883	Grammaticas portuguezas de P. Marques	Fonte: Correspondências da Instrução Pública jan dez 1883 – 06 CD 2005 (Parte II)
1887	Gramáticas de Pinto Marques	Correspondências de Professores

Fonte: CORRÊA (2006)².

Júlio Cezar Ribeiro de Souza nasceu em Freguesia de São José do Acará, no dia 13 junho de 1843 e faleceu em Belém, no dia 14 de outubro de 1887. No que diz respeito à vida do autor, é importante abordar que ele era de família pobre e iniciou seus estudos no Seminário do Carmo em Belém. Sendo que, em 28 de maio de 1861, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, que na época era a capital do império brasileiro, onde terminou o curso preparatório da Escola Militar.

O autor possuía uma respeitada posição em Belém do Pará como homem de letras, sendo válido mencionar que em 1870 ele havia editado um livro de poesias, *Pyraustas*, e em 19 de fevereiro de 1871, associado a Joaquim José de Assis e Américo Marques Santa Rosa, lançaram um semanário de cunho republicano, *O Tiradentes*.

O intelectual se destacou grandemente na província do Pará com a sua obra *Grammatica Portugueza*, a qual foi publicada em 1872 pela editora da Tipografia Comercial de Belém, sendo que a obra era destinada para as escolas primárias da época. Além disso, a obra foi aprovada pelo Conselho Diretor de Instrução Pública, que premiou o gramático por considerar seu compêndio o melhor dos que havia na época, comparado com os compêndios que foram editados em outros lugares e adotados na Província do Pará.

Outro grande autor e educador do Estado do Pará foi Paulino de Brito. O intelectual nasceu em Manaus, em 09 de Abril de 1858, e faleceu em Belém, em 1919. Em sua adolescência, procurou trabalho em diversos ramos e acabou entrando para o jornal “*Liberal do Pará*” a fim de aprender o ofício da tipografia. No jornal, exercia o cargo de tipógrafo, porém, pouco tempo depois, ganhou destaque entre seus companheiros de trabalho e começou a publicar as suas primeiras produções, as quais revelaram seu talento como escritor. Devido a sua habilidade como escritor, logo subiu ao cargo de repórter e noticiário (PARÁ, 1970, p. 104-105).

A instrução primária desse grande autor foi no colégio “*Santos Inocentes*”, fundado em Belém, dirigido pelo Cônego Antônio Gonçalves da Rocha. Formou-se na Escola Normal

² CORRÊA, Carlos Humberto Alves. **Circuito do livro escolar**: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto escolar amazonense, 1852-1910. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

e iniciou a carreira no magistério. Em 1884, partiu para São Paulo, onde cursou a faculdade de direito, mas acabou concluindo o curso de ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife (profissão que nunca exerceu). Em 1889, formou-se em meio às aclamações do advento da República. Foi no magistério sua principal ocupação, pois lecionava nos institutos oficiais, mas em caráter de interinidade. Vagou, porém, a cadeira de português da Escola Normal, e foi posta em concurso. Paulino conquistou-a revelando por essa ocasião, além de notável erudição, palavra, clareza de exposição e um admirável sentimento de método e precisão (PARÁ, 1970, p. 106).

Foi a partir da sua primeira gramática elementar que o educador contribuiu não só para a educação paraense mas também para a nacional. A forma clara com que Brito tratava a linguagem brasileira acabava o diferenciando dos demais gramáticos de sua época, que em sua maioria tratavam as questões da língua nacional de maneira complicada e distante do contexto sócio histórico e cultural dos brasileiros. Essas peculiaridades influenciaram para que Paulino de Brito se tornasse um intelectual à frente de seu tempo.

Na área da literatura, o educador paraense escreveu livros de poesias: ‘Noites em Claro’ (1888), ‘Cantos Amazônicos’ (1900) e ‘Histórias e Aventuras’ (1902). Como gramático e filólogo da língua, escreveu: ‘Novo Método de leitura’, ‘Gramática Primária da Língua Portuguesa’, ‘Gramática Complementar da Língua Portuguesa’, ‘Collocação dos Pronomes’ (1907), ‘Brasileirismo’ (1908) (PARÁ, 1970, p. 277).

Como educador paraense, foi fundador do colégio “São Vicente de Paulo”, e publicou os “preciosos livros didáticos que estiveram em uso durante muitos anos nas escolas do Pará e do Amazonas” (PARÁ, 1970, p. 42).

Devido seus trabalhos desenvolvidos no ramo da literatura, Brito fez parte de várias associações culturais e agremiações culturais em Belém, como por exemplo, Mina literária, Sociedade dos Estudos Paraenses e Academia Paraense de letras. Essas inúmeras participações contribuíram para torná-lo um notável educador do Pará, no final do século XIX e início do XX.

E por fim, Francisco Ferreira de Vilhena Alves nasceu em Vigia, no dia 03 de fevereiro de 1848, e faleceu em Belém a 09 de julho de 1912, aos 65 anos. Não encontrei nos indícios a respeito de sua infância, juventude e primeiros estudos. No entanto, quando adulto desempenhou várias funções no Estado do Pará. Destacam-se as seguintes: professor, poeta, prosador, membro da Academia Paraense de Letras (APL) e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP).

No ano de 1900, Vilhena Alves, com outras personalidades paraenses, participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o qual teve como sócio fundador João Palma Muiniz³. O IHGP tem como finalidade trabalhar com documentos e monumentos que tratem sobre a história do Pará, tanto é que em seu estatuto de 1917 relata nitidamente a respeito dos seus principais objetivos, quais sejam: construir uma história local e nacional, abordar sobre fatos e relatos de caráter científico, trabalhar com a geografia e história em todos os seus direcionamentos, dentre outros.

O IHGP possui grande relevância para a sociedade pois tem o intuito de resguardar a história regional e manter a memória nacional ligado ao Estado do Pará.

Vilhena Alves também participou da Academia Paraense de Letras (APL), a qual é uma entidade literária máxima do Estado do Pará, que foi fundada em 3 de maio de 1900, em uma sessão presidida pelo então governador Paes de Carvalho, no Teatro da Paz. Sendo que, Vilhena Alves era patrono e sócio fundador da Academia. Além do que, esse órgão é de suma importância, pois ele trabalha com a cultura do Estado paraense, tanto na área artística como científica, contribuindo grandemente para a história do Pará.

Meira (1990, p.113) elenca uma informação relevante tanto a respeito da APL quanto do IHGP, que retrata o seguinte:

Com a Academia Paraense de Letras, também surgiu o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, instalado na mesma sessão do dia 3 de maio de 1900. A estrutura era diferente, os sócios admitidos mediante proposta. O número de fundadores elevava-se a 56, muitos fazendo parte dos quadros da Academia Paraense de Letras. No ano de 1917, em 6 de março foi o instituto reinstalado, os estatutos reformados, novos sócios admitidos na qualidade de fundadores, elevando o número para 74. Foram criadas as Cadeiras e seus Patronos, em numero de 40. (MEIRA, et al, 1990, p. 113).

Coelho (2013, p. 1) reporta-se a Vilhena Alves como um dos autores que colaborou com artigos para o jornal Liberal da Vigia durante 10 anos, de 1884 a 1894. Alguns desses artigos foram publicados em 1900 pela editora R. L. Bittencourt & Ciano livro Miscelânea Literária. Dono de um pensamento apurado e atento às preocupações de seu tempo, Vilhena Alves versava sobre diferentes campos do saber, revelando a multiplicidade de conhecimentos da sua formação de normalista.

³João **Palma Muiniz (1873-1927)**, sócio-fundador do IHGP. Esse paraense de Vigia ganha grande destaque nas letras paraenses como Engenheiro Civil, geógrafo e historiador. Estudou humanidades e matérias técnicas na escola Politécnica do Rio. Dono de uma produção intelectual intensa e intimamente ligada a sua atuação na esfera pública, em instituições, na contribuição de eventos e debates públicos (FREITAS, 2007) (MORAES, 2009).

Esse grande autor escreveu livros escolares, os quais foram de suma importância para a educação no Brasil e na Amazônia. O educador produziu obras escolares ligadas ao campo da leitura e da gramática. Além do que, teve importante participação na publicação de revistas pedagógicas como nas revistas Educação e Ensino (1890-1898) e A Escola(1900-1906). Vilhena Alves também foi colaborador do jornal “Província do Pará” e da revista “Ciências e Letras”.

O Estado do Pará foi de suma importância para a história do livro didático, principalmente no que diz respeito à produção de obras para a infância. E Vilhena Alves faz parte da história de intelectuais que produziram livros didáticos na Amazônia paraense no final do século XIX e início do século XX. O autor paraense produziu cinco gramáticas infantis. No quadro abaixo, listamos as obras didáticas do autor:

Quadro 3: Livros didáticos produzidos por Vilhena Alves.

Obras	Editora	Ano	Fonte
1. Monodias	Typographia de B. Mattos	(1866)	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
2. Enlevos Poéticos	C. Seidl	(1871)	(Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
3. Compendio de analyse moderna	J. B. dos Santos e Tipografia do Diário Oficial	(1895)	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
4. Gramática Portuguesa	Pinto Barbosa & Cia	(1895)	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
5. Primeira Gramática da infância	Pinto Barbosa & Cia.	(1897)	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
6. Segunda Gramática da infância	Pinto Barbosa & Cia	(1897)	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
7. Miscelânea Literária	R.L. Bintecourt & Cia.	(1900)	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
8. Exercícios de Português	R. L. Bittencourt & Cia	(1900)	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
9. Selecta Literária	R.L. Bittencourt.	(1900)	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna

Coelho (2011) discorre sobre algumas obras do educador:

Alves, Francisco Ferreira de Vilhena – **Primeira Grammatica da Infância** (3 ed. 1897). Pará: Editores Pinto Barbosa & Cia. O livro traz conceituação de língua, linguagem, palavra, vocábulo, gramática, proposição e período. Divide a gramática em lexicologia e sintaxe e trabalha exercícios de memorização de acordo com os exemplos apresentados pelo autor. Alves, Francisco Ferreira de Vilhena Coelho. (COELHO, 2011, p. 5).

Segunda Grammatica da Infância (2 ed. 1897). Belém: Editores Pinto Barbosa & Cia. Apresenta doutrinas gramaticais mais desenvolvidas do que no livro anterior pois é dirigido ao curso médio. Os exercícios continuam sendo de memorização. Alves, Francisco Ferreira de Vilhena. **Selecta Litteraria** (2 ed. 1900). Pará: Editor R.L. Bittencourt. A obra foi adotada nas escolas complementares do estado. É uma seleção de artigos de autores nacionais. Para a Comissão da Secretaria de Instrução Publica este livro é “um importante elemento para a educação civica do alunno, pois despertará nelle o amor ás letras pátrias”. Coelho. (COELHO, 2011, p. 6).

A **Gramática Portuguesa**, publicada em 1895 pela editora Pinto Barbosa & Cia era destinada ao nível primário superior, era um ensino voltado para instituições de ensino populares e democráticas.

A obra **Compendio de Analyse Moderna, Lexicologia e Syntactica** foi editada pela Typografia do Diário Official, em 1895. Obra foi recomendada para o ensino primário. Vilhena Alves diz o seguinte da gramática (ALVES, 1895, p.65):

Neste livrinho, procurei ser o mais methodico possível, é apresentado em primeiro logar os quadros synópticos, que trazem à memoria do alunno, em um lance d’olhos, todas as principaes theorias grammaticaes, em segundo, as regras, indispensáveis para guiar o estudante no trabalho da analyse; e em terceiro, numerosos exercícius, nos quaes segui a ordem natural e pedagogica, isto é, dos mais fáceis aos mais diffícies – desde pequenas orações simples e incomplexas até períodos e trechos intrincados de auctores clássicos, onde um bom numero de difficuldades da língua vêm resolvidas e explicadas. Fecham o compêndio algumas noções sobre estylo e composição, compiladas de diversos autores, especialmente de Delfino Maia.

Vilhena Alves, faz um pequeno resumo a respeito da obra intitulada *Compendio de Analyse Moderna*, tratando que a mesma é uma forma metódica seguindo uma determinada ordem para a execução das theorias grammaticais, regras, normas e, especificadamente, as analyses envolvendo a lexicologia e a syntaxe. Além do que, a obra é constituída por um número extenso de exercícius.

Sobre o livro de leitura *Miscelâneas Literárias*, Coelho (2011 p. 24) destaca o seguinte:

O livro divide-se em três partes: a primeira trata de artigos literários, a segunda parte traz artigos sobre astronomia e a terceira parte aborda assuntos ligados a instrução pública. Os assuntos discutidos neste pequeno livro revelam as maiores paixões de Vilhena Alves: a literatura, a astronomia e a educação.

Tanto as gramáticas quanto os livros de leitura foram fundamentais ao processo educacional, evidenciando assim a grande importância do autor para a educação no Pará/Brasil.

Em vista do que foi exposto, nota-se a grande importância desses autores para a constituição da história da educação e do livro didático no Estado do Pará. O Estado acabou ganhando grande notoriedade e se destacando devido a produção de livros escolares voltados tanto para diferentes áreas do conhecimento, em particular, para a área da gramática e da leitura.

2 ANÁLISE DA OBRA “EXERCÍCIO DE PORTUGUEZ”

A obra “Exercício de Portuguez” foi publicado em 1900, pela editora R. L. Bittencourt. É um livro didático destinado para o uso em escolas primárias, ensino primário ou instrução primária, nomenclaturas utilizadas no século XIX e atualmente conhecida como o ensino fundamental. Neste caso, este livro tratava especificadamente sobre assuntos destinados à gramática.

A obra de Vilhena Alves é um material de grande importância para se estudar a História da Educação, pois está encaixada em um período do qual os assuntos tratados estavam interligados à civilidade. Pelo estudo da obra, percebe-se que há conteúdos e valores cívicos voltados para a construção do pensamento do educando.

Adentrando mais a respeito da questão do livro, Chartier (1990, p. 362) diz que o livro é, “[...] no seu conjunto uma mercadoria produzida ou vendida, é o suporte de conteúdos culturais e é igualmente um objeto físico, específico, nos seus materiais, na sua organização e fabrico”. Como se pode analisar nas palavras do autor, o livro é um objeto que possui uma extrema relevância por possuir conteúdos culturais.

Para Chartier (2010, p. 14), a história precisa assumir a responsabilidade, de “[...] tornar inteligíveis as heranças acumuladas e as discontinuidades fundadoras que nos fizeram o que somos”. Isso inclui o livro didático que, além de veicular conhecimentos sistematizados, são agentes de valores culturais e ideológicos.

Além disso, os livros didáticos e manuais escolares no Brasil “são centrais na produção, circulação e apropriação de conhecimentos, sobretudo dos conhecimentos por cuja difusão a escola é responsável” (LAJOLO, 1996, p.03).

Enquanto, para Oliveira (1984, p. 27), o livro didático é utilizado “como instrumento com dupla função, a de transmitir um dado conteúdo e de possibilitar a prática de ensino”. Considerando o valor histórico e cultural do livro didático, destacamos para estudo a gramática ‘Exercícios de Portuguez’, voltada para a educação primária na Amazônia.

Sobre a produção de gramáticas no século XIX, Gally (2013, p. 62) retrata o seguinte:

As gramáticas eram publicadas, no Brasil oitocentista, depois de serem aprovadas pelas instâncias censoras do Império. Mas, sua circulação dependia, em grande parte, das exigências de ensino a que elas estavam atreladas, das relações que mantinham com o poder educacional e do interesse dos editores. A maioria dos seus autores eram professores do ensino público que, por não haver livros didáticos à sua disposição, eram pressionados, de alguma forma, a construir sua própria gramática, quase sempre destinada apenas a seus alunos.

Gally (2013) retrata que as obras eram produzidas pelos professores. De fato, a maioria das gramáticas do estado paraense foram produzidas por professores, dentre eles destaque, Vilhena Alves. Ressaltando que, as gramáticas, e todas as outras obras escolares, precisavam ser aprovadas pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Pará (CSIPP) para que fossem utilizadas nas escolas paraenses.

Coelho (2003, p.2) diz o seguinte:

Os livros destinados ao uso dos alunos e professores das escolas públicas eram submetidos à aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública que assegurava o controle ideológico, a qualidade didática e a adequação científica dos livros. Os conhecimentos condensados nesses livros deveriam auxiliar os professores na tarefa de inculcar conteúdos científicos e moralizantes necessários a política de modernização do país.

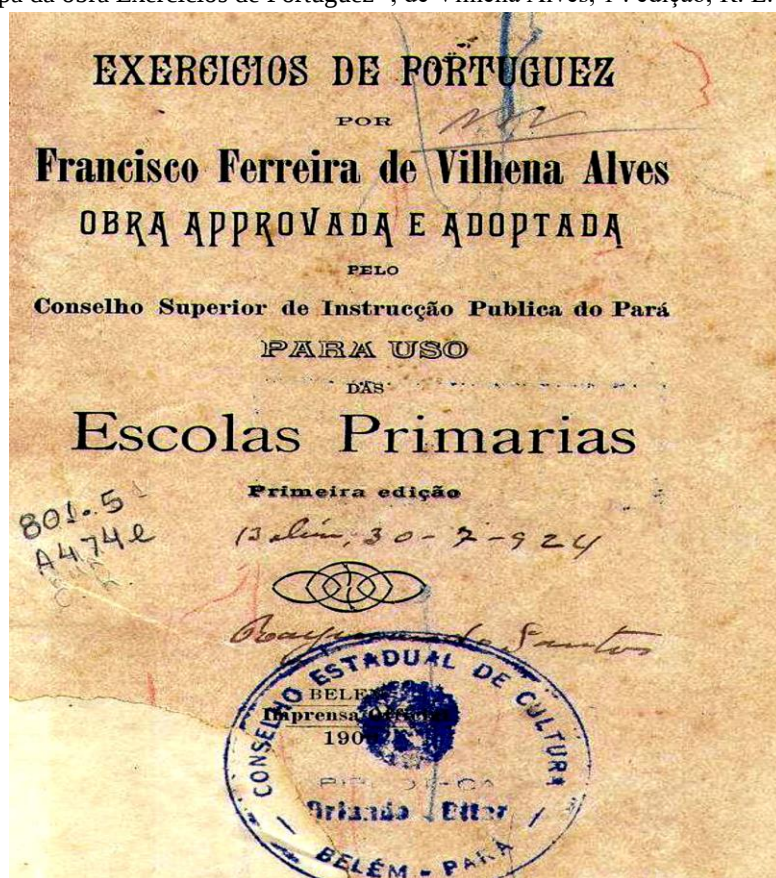
A autora ainda ressalta que:

Pelo regimento interno das escolas públicas do ensino primário, de 1899, era obrigação do professor lecionar pelos livros adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública. Esses livros previamente selecionados estavam de acordo com o critério da cientificidade e do civismo e orientavam o trabalho pedagógico do mestre (COELHO, 2003, p. 02).

Como se pode-analisar, o Conselho Superior de Instrução Pública do Pará (CSIPP), ligado à Diretoria de Instrução Pública do Estado, era responsável pela aprovação dos livros didáticos. O professor só poderia ensinar com livros adotados pelo CSIPP, pois essas obras deveriam estar de acordo com os critérios ideológicos e científicos estabelecidos pelo governo.

A capa da obra está organizada da seguinte forma:

Figura 1: Capa da obra Exercícios de Português, de Vilhena Alves, 1ª. edição, R. L. Bittencourt, 1900.

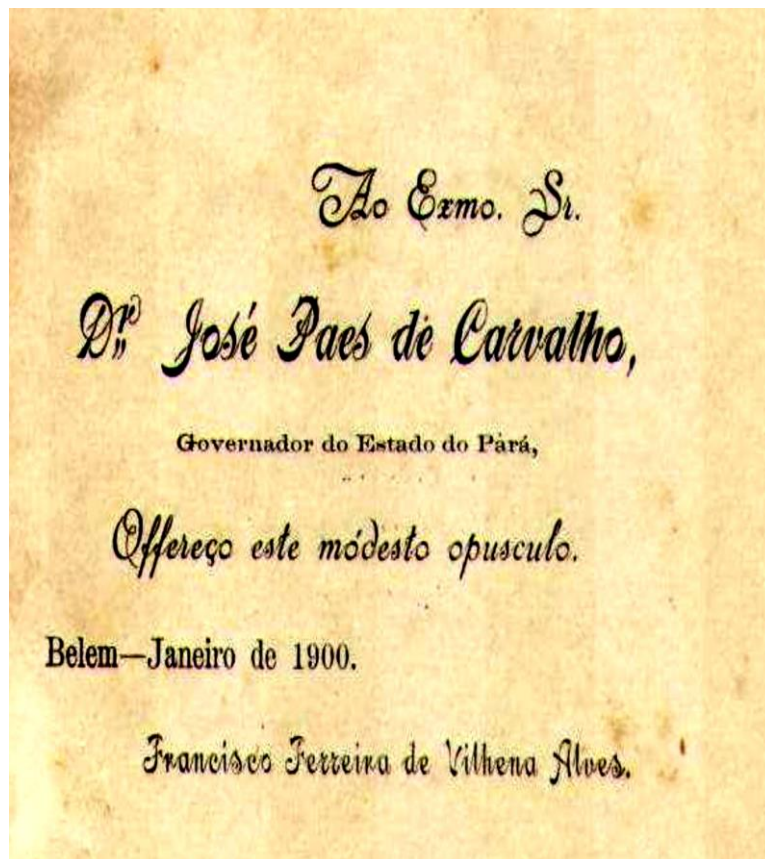


Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

A capa da obra contém as seguintes informações: Título da obra, nome do autor. Depois, é destacado um dado bastante relevante sobre a obra: é elencando que a obra foi aprovada e adaptada pelo Conselho Superior da Instrução Publica do Pará. O livro é destinado para escolas primárias. E, por fim, é indicada a edição da obra. Ao analisar a capa do livro, nota-se que algumas informações estão em grande evidência e isso se deve justamente para chamar a atenção do público alvo para elencar as partes mais cruciais, tais como: título, autor, a aprovação e adaptação da obra e que esta é destinada às escolas primarias.

Na folha de dedicatória, é encontrado que a obra foi dedicada ao Dr, José Paes de Carvalho, o qual era Governador do Estado do Pará dentro do período de 1897 a 1899. Paes de Carvalho, além de ser governador, foi um dos fundadores do Clube Republicano do Pará, criado em 1886 com o intuito de propagar os ideais republicanos na província.

Figura 3: Folha de rosto da obra Exercícios de Portuguez, de Vilhena Alves, 1ª. edição, R. L. Bittencourt, 1900.



Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

2.1 A OBRA “EXERCÍCIO DE PORTUGUEZ” COMO OBJETO FÍSICO

A obra sob análise é uma gramática produzida no final século XIX. As marcas físicas existentes na obra, dentre elas, a questão da letra. A obra “Exercícios de Portuguez” apresenta em sua fonte, letras com serifa, as quais são designadas como pequenos traços que ocorrem no fim das hastes das letras e isso pode ser visto no título do livro, na parte correspondente ao Conselho e nos títulos dos capítulos, a como pode-se analisar a seguir.



As letras trabalhadas na capa do livro, têm a intenção de evidenciar palavras que a editora queria destacar como o título do livro e a informação da aprovação e adoção em escolas, afinal, não era qualquer obra que alcançava a aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública do Pará. Em vista disso, nota-se esse destaque e cuidado com esse tipo de letra, além do que, a mesma acaba despertando a atenção do leitor.

A obra também apresenta algumas partes destacadas em negrito e escritas em maiúscula, como título e os títulos dos capítulos. No interior da obra, especificadamente nas palavras às quais o autor busca dar mais destaque, é demarcado por letras em itálico, sendo que numeração das páginas é composta pelos numerais cardinais e as partes referentes aos assuntos estão demarcadas por números romanos.

Um outro detalhe a ser analisado é a forma como eram empregadas as palavras nessa época. A obra está inserida no período Pseudo-etimológico, em que se pretendia escrever as palavras de acordo com a grafia de origem. Na obra há vários exemplos que surgem a partir do Renascimento e do renovado conhecimento dos clássicos. Formas latinas e gregas como a ocorrência dos dígrafos ph, ch, th e rh (morphologia, morphicos, phonologia, theologia). Conforme, Martins (1999), o y passou a figurar em muitos vocábulos (syntaxe, monosyllabo). Observa-se também no livro a ocorrência do grafema h, nas palavras sahiu, cahir, bahú, ahi. Neste caso, o h, é utilizado para preencher uma função de distinção gráfica, no caso, para marcar o hiato, nas palavras em questão.

As gramáticas, do final do século XIX e início do século XIX, eram classificadas, por meio de várias nomenclaturas. Abaixo, discutiremos as características dos tipos de gramática postuladas por alguns autores.

Perini (2001, p.78) define gramática como “uma disciplina ocupada, como as demais disciplinas científicas, em estudar um aspecto do mundo, a saber, a estrutura e funcionamento das línguas”. Travaglia (2006) trata de diferentes tipos de gramática, dentre elas, a gramática descritiva e a normativa.

A Gramática Descritiva, conforme Travaglia (2006), tem como função descrever e registrar as variedades da língua em um dado momento de sua existência, estudando os seus mecanismos, construindo hipóteses que expliquem seu funcionamento. Crystal (2000) diz o seguinte:

Uma gramática descritiva é, em primeiro lugar, a DESCRIÇÃO de uma LÍNGUA da forma como ela é encontrada em amostras da fala e da escrita (em CORPUS do material e/ou extraídas dos FALANTES NATIVOS). /.../ Na tradição mais antiga, a abordagem “descritiva” se opunha à abordagem PRESCRITIVA de alguns gramáticos, que tentavam estabelecer REGRAS

para o uso social ou ESTILISTICAMENTE correto da língua (CRYSTAL, 2000, p.129).

A Gramática normativa ou prescritiva estabelece normas a serem seguidas. Segundo Travaglia (2003, p. 30), a gramática normativa:

é aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão, da norma culta de uma língua, norma essa que se tornou oficial. Baseia-se, em geral, mais nos fatos da língua escrita e dá pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista, conscientemente ou não, como idêntica à escrita. Ao lado da descrição da norma ou variedade culta da língua (análise de estruturas, uma classificação de formas morfológicas e lexicais), a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever, normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como sendo a língua verdadeira.

Diante das definições apresentadas por Travaglia (2003, 1996) e Crystal (2000), pode-se analisar que a gramática descritiva e a gramática normativa, acabam possuindo papéis distintos, visto que, a descritiva descreve as regras de como uma língua é realmente falada, enquanto a normativa prescreve as regras gramaticais de uma língua.

No início do século XX, Eduardo Carlos Pereira⁴ apresenta as divisões da gramática:

1. Divide-se a gramática em – *geral e particular, histórica e expositiva*.
2. **Gramática geral** é, hoje, o estudo comparado de um grupo de línguas congêneres, como a *Gramática das Línguas Românicas*, de F. Diez.
3. **Gramática particular** é o estudo dos fatos de uma língua particular, quer encarados em seu estado atual, quer em suas transformações históricas.
4. **Gramática histórica** é o estudo das transformações de uma língua, no tempo e no espaço, feito comparativamente com as transformações paralelas das línguas e dialetos congêneres. É um estudo histórico-comparativo.
5. **Gramática expositiva**, DESCRITIVA ou PRÁTICA é a que expõe ou descreve metodicamente os fatos atuais de uma língua determinada.
6. **Gramática expositiva portuguesa** é a exposição metodizada das regras relativas ao uso correto da língua portuguesa (PEREIRA, 1925, p. 3-4).

Essas são as gramáticas as quais foram elencadas para destacar as suas respectivas definições, no entanto, a gramática “Exercícios de Portuguese” está inserida no modelo de gramática chamado no início do século XX de gramática expositiva portuguesa, a qual prescreve as regras gramaticais do uso “correto” da língua, que Travaglia (2003) classifica como gramática normativa.

⁴ É um dos autores de três gramáticas, as quais são: a Gramática Expositiva, curso superior (1907); Gramática Expositiva, curso elementar (1908) e Gramática Histórica (1916).

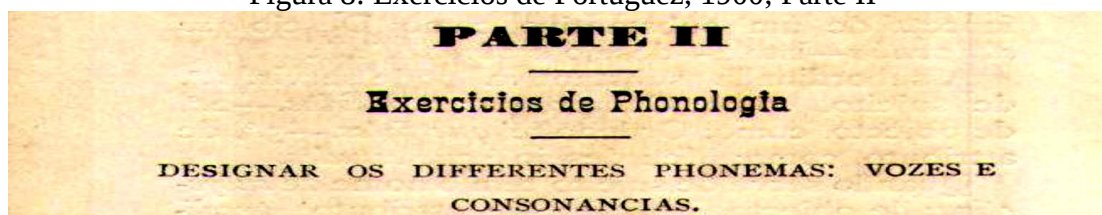
Ao realizar uma análise dos conteúdos apresentados e trabalhados na obra, constatamos que os mesmos tratam especificadamente da gramática normativa, pois o aluno deveria ter o conhecimento das normas e regras expostas, para que pudesse resolver os exercícios com êxito.

Além disso, a Gramática expositiva colocada por Perreira, tem um outra nomenclatura estabelecida por Travaglia (2006, p.32) “a gramática descritiva é a que descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência”.

Essa característica da obra “Exercícios de Portuguez”, de acordo com as funções postuladas por Choppin (2001) se encaixa na “Função instrumental”, a qual está ligada à prática de métodos correlacionados à aprendizagem por meio de exercícios, os quais proporcionam ao educando facilitar a memorização dos seus conhecimentos.

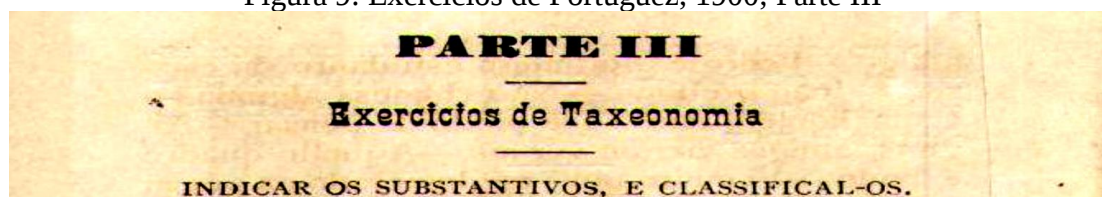
A obra é composta por diversos exercícios gramaticais. Pode-se perceber isso por meio das imagens a seguir.

Figura 8: Exercícios de Portuguez, 1900; Parte II



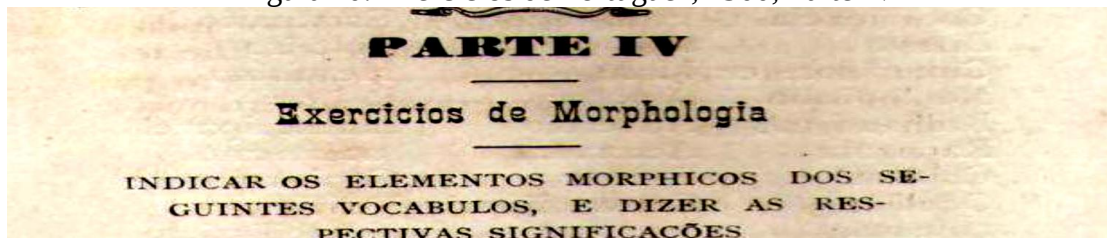
Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Figura 9: Exercícios de Portuguez, 1900; Parte III



Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Figura 10: Exercícios de Portuguez, 1900; Parte IV



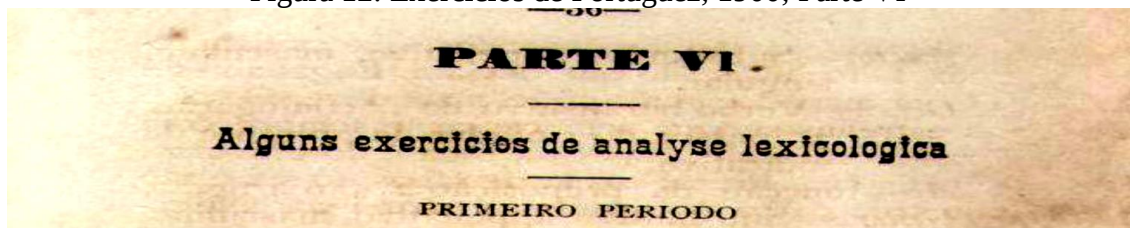
Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Figura 11: Exercicios de Portuguez, 1900; Parte V



Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Figura 12: Exercicios de Portuguez, 1900; Parte VI



Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Figura 13: Exercicios de Portuguez, 1900; Parte VII



Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

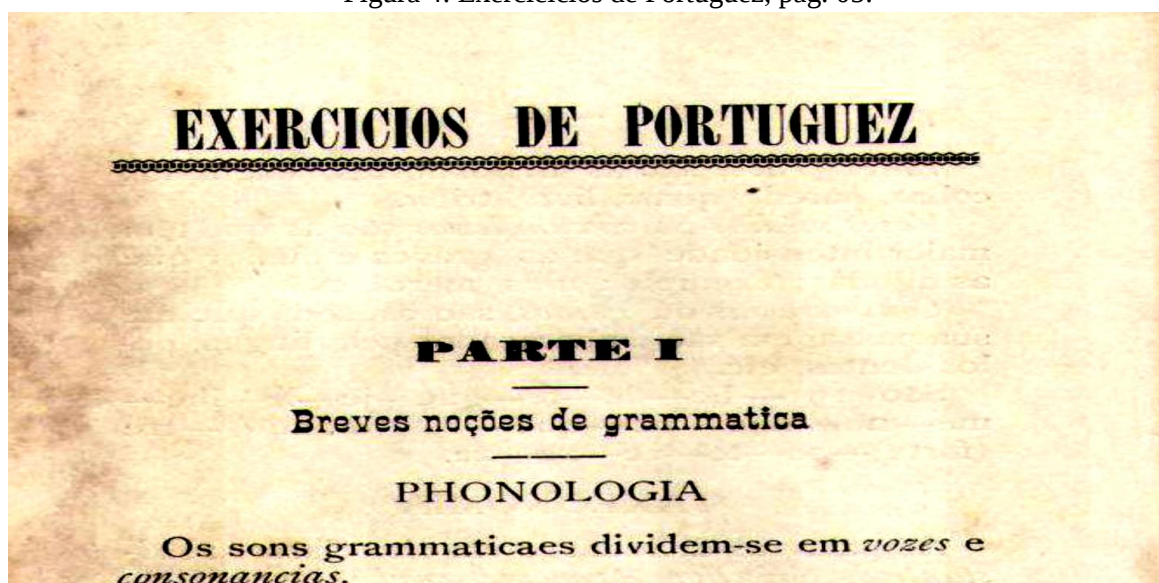
A primeira parte da obra trata sobre os conteúdos disciplinares interligados à gramática e todas as outras partes (de II a VII) constituem exercícios.

Além desses dados, que revelam os aspectos físicos de *Exercicios de Portuguez*, é interessante tratar sobre a divisão e organização da obra. O livro possui 64 páginas, divididas em sete capítulos, distribuídos da seguinte maneira:

- I- Breves noções de gramática: este capítulo trata dos seguintes assuntos: a) fonologia (sons gramaticais, vogais e consonâncias, destacando que existe cinco tipos de vozes: puras, nasais, agudas, graves e médias); b) taxonomia: divisão das classes das palavras em Substantivo, adjetivo, pronomes, verbo, preposição, adverbio, conjunção e interjeição; c) morfologia: elementos mórficos (radical e afixos: prefixos e sufixos); d) sintaxe. Trata das funções das palavras: subjetiva, predicativa, atributiva, objetiva, terminativa e adverbial e) fraseologia: ensina a classificar as proposições.

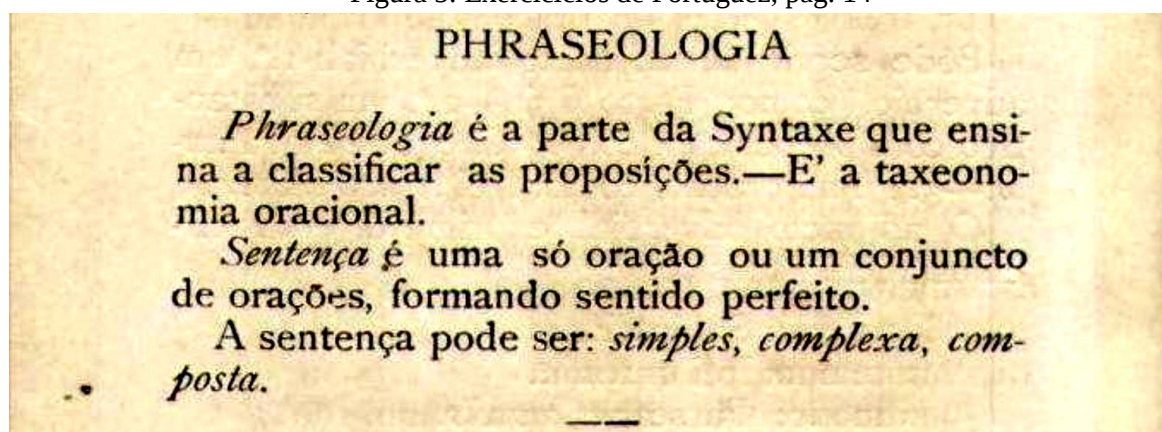
Por ser tratar dessa divisão, foram realizados alguns recortes os quais consistem em expor de forma mais clara, os assuntos trabalhados.

Figura 4: Exercícios de Portuguez, pág. 05.



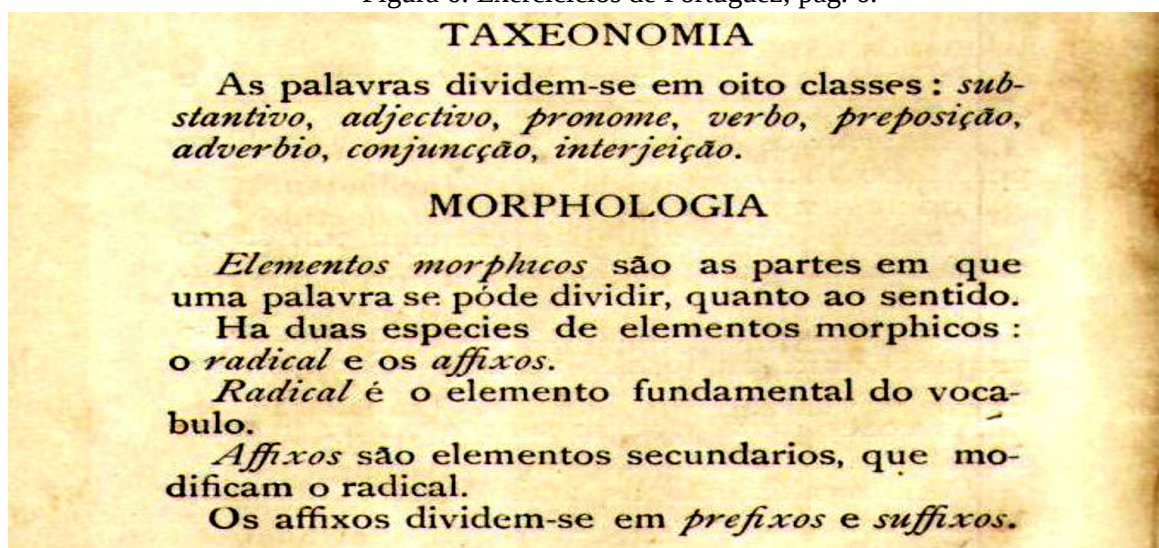
Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Figura 5: Exercícios de Portuguez, pág. 14



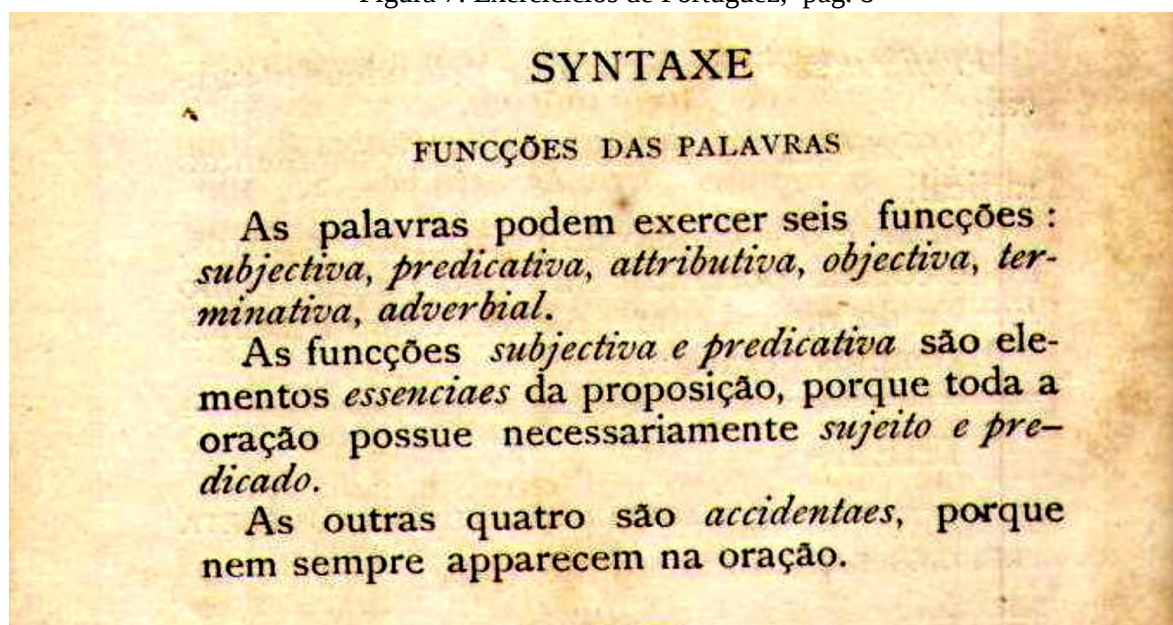
Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Figura 6: Exercícios de Portuguez; pág. 6.



Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Figura 7: Exercícios de Portuguez; pág. 8



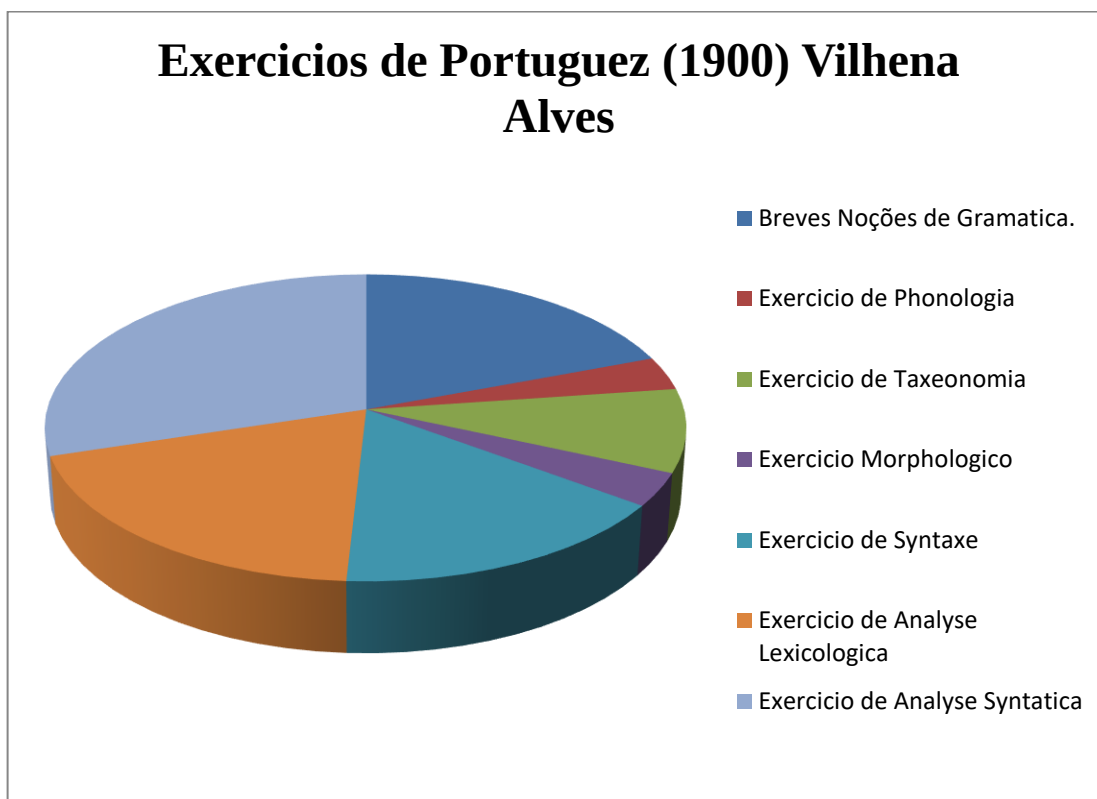
Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

As partes II a VII envolvem exercícios sobre os assuntos abordados.

- II- Exercícios de phonologia: neste capítulo há vários exercícios de fonologia para fixação do conteúdo.
- III- Exercícios de taxonomia: classificação de substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, conjunções, preposições, locuções prepositivas e advérbios.
- IV- Exercícios de morfologia: Nessa parte, são apresentadas 114 palavras para indicar os elementos mórficos dos vocábulos e dizer as suas respectivas significações.
- V- Exercícios de syntaxe: Nesse capítulo, são repassadas várias sentenças simples, complexas e compostas.
- VI- Alguns exercícios de analyse lexicológica: Nesse capítulo, são dados sete períodos para o aluno designar o que cada palavra do período representa lexicologicamente.
- VII- Exercícios de analyse syntactica: Nesse último capítulo, são dadas dezenove sentenças, as quais estão direcionadas para a análise sintática.

A gramática traz atividades que tem o objetivo de reforçar e analisar o entendimento do aluno. Vale ressaltar que, a obra possui numerosos exercícios que seguem uma ordem de dificuldades, os quais vão do mais simples ao mais complexo. Destacando que, são utilizados nos exercícios de orações simples a períodos e trechos de autores clássicos da época.

No gráfico abaixo, é apresentado a divisão da obra “Exercícios de português”, de acordo com a quantidade de páginas interligadas aos respectivos conteúdos trabalhados no livro.



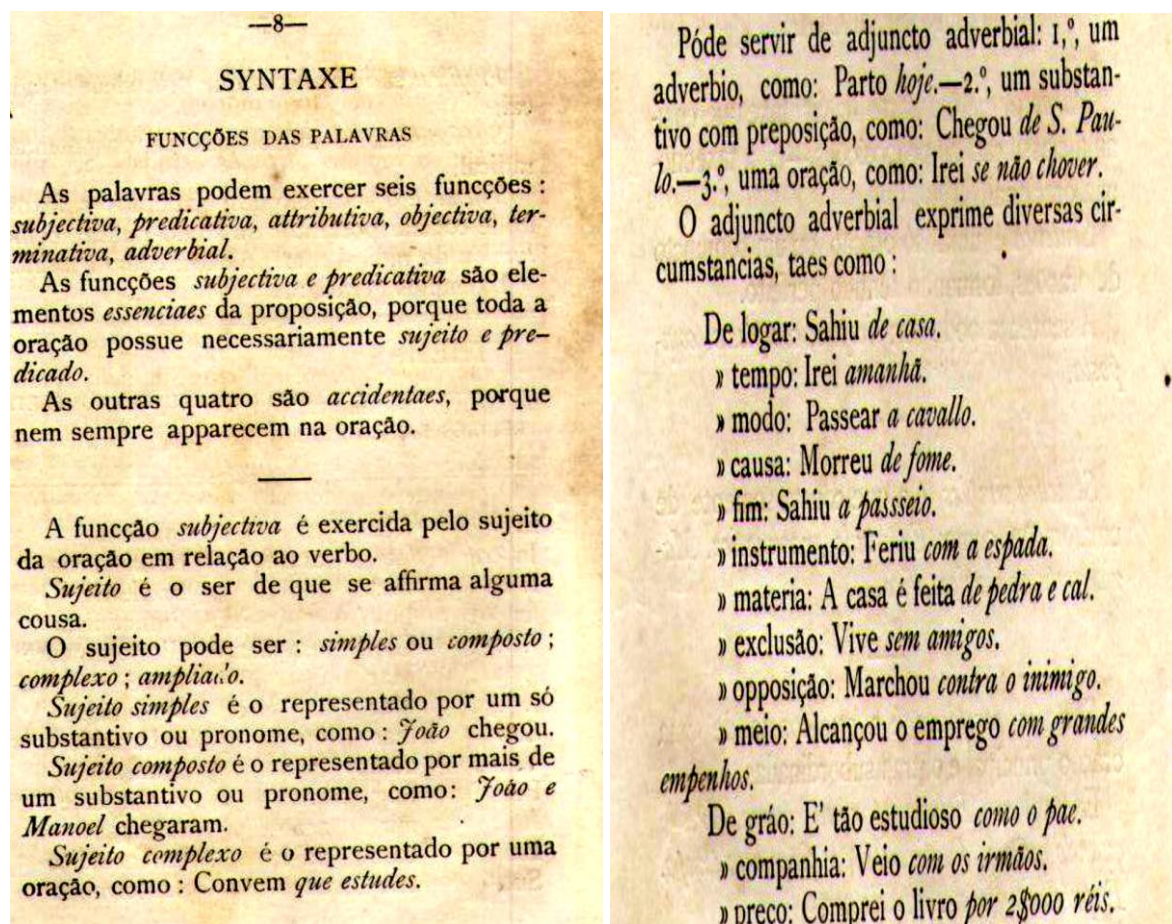
Dados obtidos da Obra “Exercícios de Português” de Vilhena Alves; 1ª Edição, 1900.

Como se pode analisar no gráfico exposto é detalhado a respeito dos respectivos conteúdos e exercícios os quais são trabalhados na obra. Destacando que, a maior parte dos assuntos está interligada a parte da syntaxe.

Além disso, a obra “Exercícios de Português” é formada por estudos sistemáticos voltados para a área gramatical, dentre um deles a syntaxe, a qual traz consigo uma abordagem formalista, baseada na estruturalização de uma sentença fundamentada na gramática normativa.

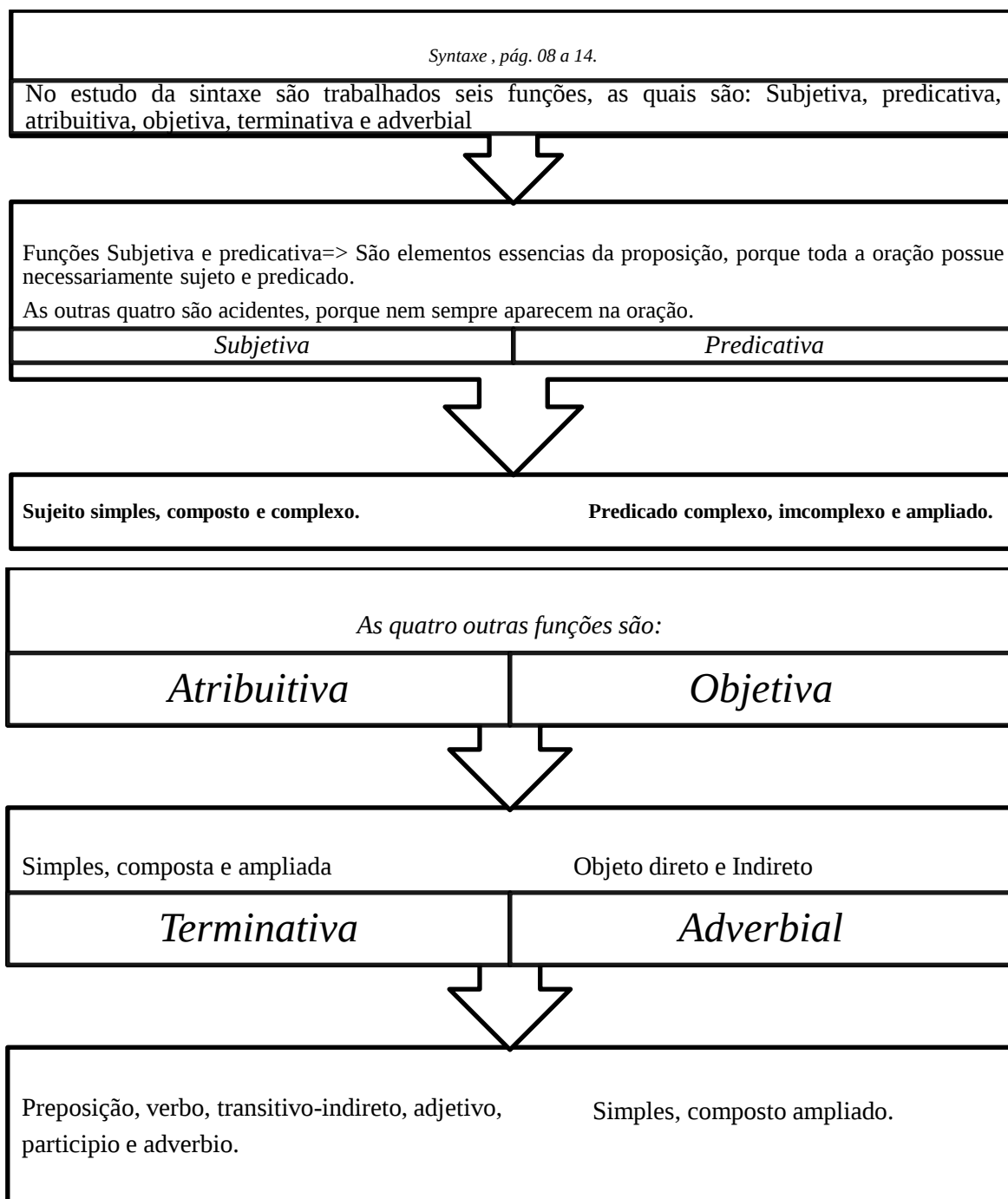
Serão expostos alguns recortes das regras de syntaxe, as quais estão presentes na obra estudada:

Figura 14: Exercícios de Portuguez; Parte I, pág. 08 e 13



Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Nesta parte o assunto elencado é a respeito da sintaxe, neste caso, o conteúdo é constituído por regras, as quais são determinadas por essas funções das palavras, as que determinam as diferentes possibilidades de associação de uma língua para a formação de frases. Na obra, a sintaxe está organizada da forma abaixo:

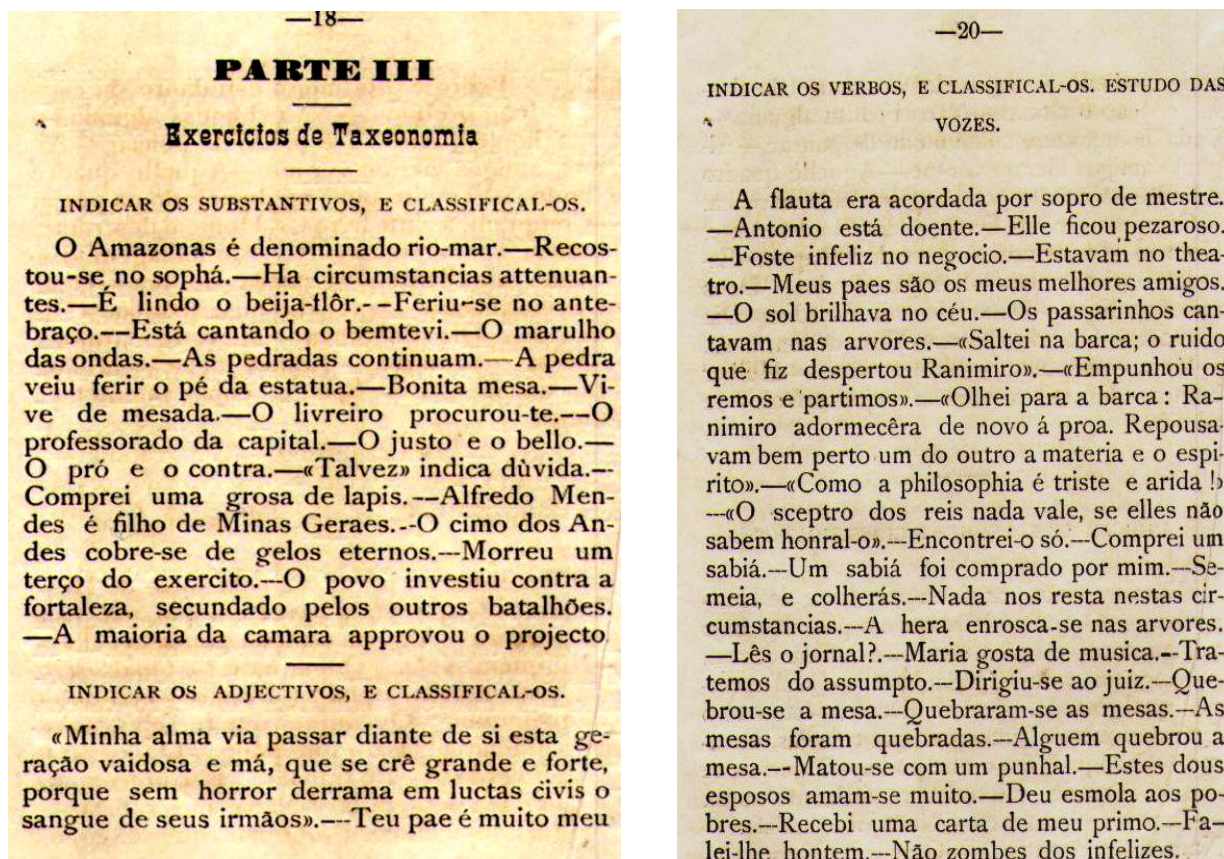


Vilhena Alves explica os conceitos e as regras que os alunos devem seguir. O autor especifica como ocorre cada regra, tanto por meio da norma como pela representação de exemplos.

Sabe-se o quanto os exercícios são importantes em qualquer livro didático, pois assim, o aluno poderá praticar e analisar todo o seu conhecimento. Diante disso, segue-se alguns exercícios trabalhados na obra:

Na parte III, página 18, são trabalhados exercícios de taxeonomia, em que o aluno deveria indicar as classes de palavras e classifica-los de acordo com que está exposto em cada sentença.

Figura 15: Exercícios de Portuguez; Parte III, pág. 18 e 20

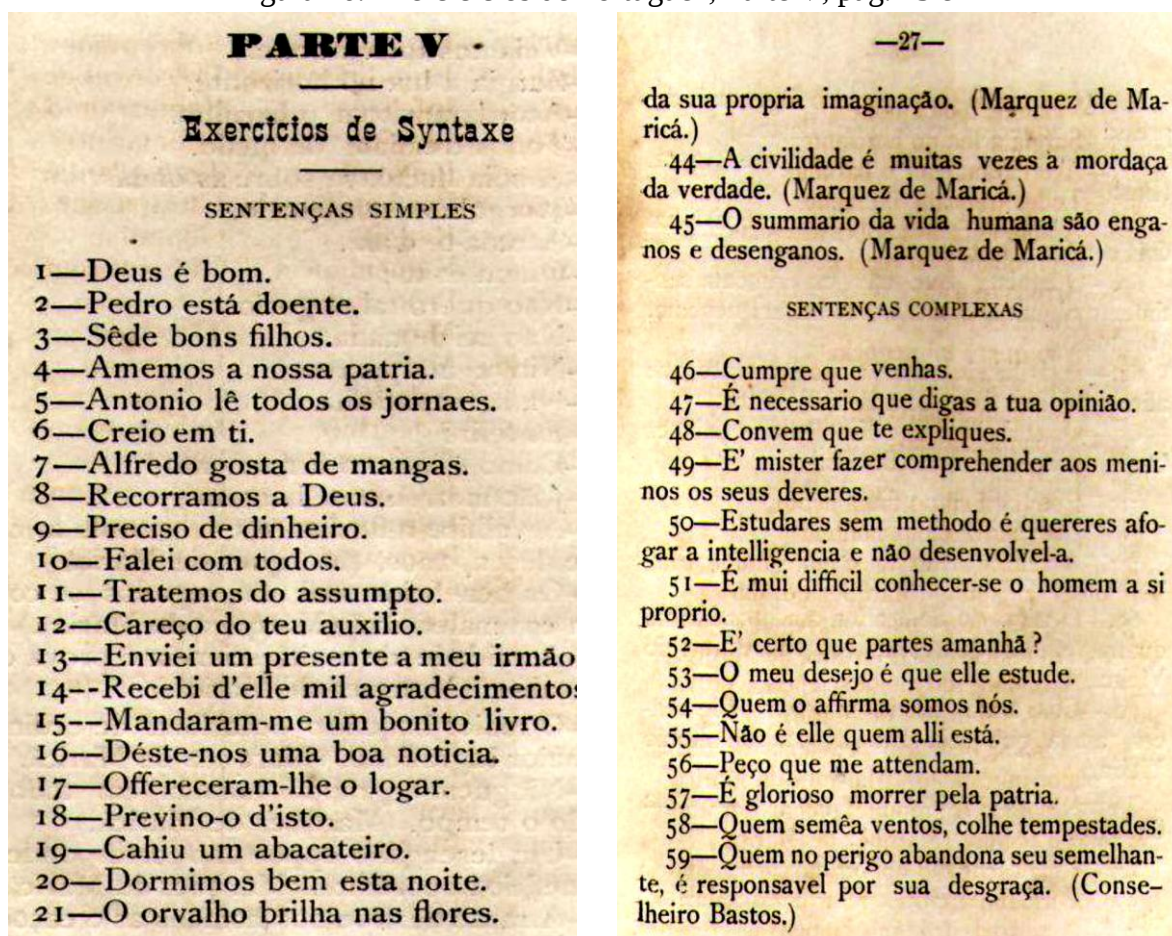


Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Outra parte dos exercícios trabalhados no livro é a sintaxe, que envolve o estudo das palavras dentro das frases, além do que analisa como essas palavras se relacionam entre si.

Na parte V, página 25 a 33, continuam sendo apresentados exercícios envolvendo a sintaxe. Neste caso, são elencadas 45 sentenças simples, 48 complexas e 24 compostas as quais são expostas para serem analisadas sintaticamente. Nesse caso, o aluno tem como tarefa analisar todas as sentenças (117), tendo como objetivo a verificação dos seus respectivos conhecimentos sobre a relação sintática entre os termos dos períodos trabalhados.

Figura 16: Exercícios de Portuguez; Parte V, pág. 25 e 27



Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Na parte VI, é tratado sobre análise lexicológica. Nessa parte, o autor coloca as frases e depois as desmembra. Ele classifica cada palavra da sentença: ajetivo, artigo, substantivo, verbo etc. Assim é feito com cada um dos 7 períodos que fazem parte desse exercício.

Figura 17: Exercícios de Portuguez; Parte VI, pág. 36 e 37

PARTE VI.

Alguns exercícos de analyse lexicologica

PRIMEIRO PERIODO

*Um livro é um legado precioso
que seu auctor deixa ao ge-
nero humano.*

Um—Adjectivo indefinito, na terminação masculina do singular.
Livro—Substantivo appellativo, masculino, singular.
É—Verbo copulativo ou substantivo *ser*.—3.^a pessoa do singular do presente do indicativo.
Um—(Analysado.)
Legado—Substantivo appellativo, masculino, singular.
Precioso—Adjectivo qualificativo restrictivo, no positivo. Terminação masculina do singular.
Que—Pronome relativo-conjunctivo; referido a *legado*.
Seu—Adjectivo determinativo possessivo, na terminação masculina do singular.

Auctor—Substantivo appellativo, masculino, singular.
Deixa—Verbo bitransitivo, da 1.^a conjugação. 3.^a pessoa do singular do presente do indicativo.
Ao—Juncção da preposição *a* e o artigo *o*.
Genero—Substantivo appellativo, masculino, singular.
Humano—Adjectivo qualificativo restrictivo, no positivo; terminação masculina do singular.

SEGUNDO PERIODO

*O luxo fornece-nos o superfluo,
para nos privar do necessario.*

O—Adjectivo determinativo artigo; flexão masculina-singular.
Luxo—Substantivo appellativo, masculino, singular.
Fornecer—Verbo bitransitivo, da 2.^a conjugação: *fornecer*.—3.^a pessoa do singular do presente do indicativo.
Nos—Variação do pronome *nós*, 1.^a pessoa do plural.
O—(Analysado.)

Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

E, por fim, são apresentados exercícios de análise sintática. Essa parte da gramática estudará o tipo e a natureza da sentença, a função dos termos e a articulação entre os elementos para formar um período. Nesse caso, os termos a serem analisados serão o sujeito e predicado. Destacando que, nessa parte é trabalhada com 19 períodos os quais possuem um grau de dificuldade que vai do fácil ao complexo.

Figura 18: Exercícios de Portuguez; Parte VII, pág. 46

PARTE VII

ALGUNS EXERCÍCIOS DE ANALYSE SYNTACTICA

PRIMEIRO PERIODO.

*Os filhos de Pedro estudam gram-
matica com muito gosto.*

Sentença simples, porque consta de uma só
oração. Está construída na ordem directa.

Fonte: acervo da seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2017.

Esses são alguns dos exercícios que fazem parte da obra. Como se pode notar, eles eram compostos por várias sentenças as quais possibilitavam que o aluno realizasse uma grande quantidade de exercícios afim de que pudesse compreender (decorar) o conteúdo proposto.

2.2 A OBRA ‘EXERCÍCIO DE PORTUGUEZ’: IDEIAS LINGÜÍSTICAS.

Segundo Guimarães (1996, p.127), “o estudo das idéias lingüísticas no Brasil tem entre seus objetivos abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas que se fazem no Brasil desde o século XVI”. O foco desse trabalho é tratar sobre a produção de gramáticas paraenses ligadas ao século XIX e ao início do século XX.

Para Fávero e Molina (2004, 2006), a ideia linguística é “todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explícita”. De acordo com Orlandi (2001, p. 16):

Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definitiva; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. Não se trata de uma história da Linguística externa, o que poderia ser feito por um historiador da ciência simplesmente. Trata-se de uma história feita por especialistas da área e portanto capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua.

Orlandi (2001) aborda sobre a importância de trabalhar com a história do pensamento ligado à linguagem, isto é, deve-se compreender a história com base na linguística, contemplando ambas as partes.

Além do que, a autora elenca que não se deve analisar esses dois fatores de forma externa, mas sim exclusivamente e teoricamente por meio de várias concepções, as quais busquem compreender esse objeto que faz parte propriamente da História das Ideias Linguísticas, o qual é a língua.

Guimarães (2004) afirma o seguinte:

Se toma como centro de atenção as obras dos autores relevantes para cada tipo de questão, a análise destas obras se faz considerando que elas são afetadas por uma exterioridade que as constitui. A própria análise do pensamento dos autores, enquanto análise de seu discurso, traz para cena um conhecimento sobre as instituições, pelo simples fato de que a análise das obras trará para cena sua relação com acontecimentos institucionais e suas condições históricas. Ou seja, a produção de uma compreensão histórica das ideias de uma obra produz também elementos para uma história das instituições como parte dela. A análise dos trabalhos pertinentes específicos é feita considerando que: eles são produções de sujeitos constituídos ideologicamente em condições históricas específicas, a produção de conhecimento é uma prática histórica, materialmente determinada; Os sujeitos, para produzirem conhecimento, se acham individualizados pelas instituições a que estão vinculados. (GUIMARÃES, 2004, p.16).

Guimarães (2004) trata respeito de um assunto relevante que diz respeito à análise das obras, que envolve a análise do pensamento dos autores, das instituições envolvidas, isto é, os acontecimentos institucionais e suas respectivas condições históricas os quais vão englobar a obra em si, visando assim as ideais que delimitam as obras.

Observando as concepções do autor, a análise da obra “Exercícios de Portuguese” é feita com base nas condições históricas específicas pertinentes à obra e na produção do conhecimento em meio à história e às instituições envolvidas para a constituição da obra.

É necessário analisar a gramática como um objeto que envolve a história e a sociedade. Esse objeto é um instrumento linguístico que nos ajuda a compreender a História das Ideias Linguísticas.

A história das ideias linguísticas (HIL) está muito interligada à questão das condições históricas da obra. Diante disso, faz-se necessário realizar uma análise do período em que a obra foi publicada. Neste caso, a obra “Exercícios de Portuguese” foi publicada em 1900 no Estado do Pará. Essa época está ligada à primeira década do período republicano paraense, o qual foi marcado pelo momento em que o Estado vivia a “Belle époque”.

No Pará, este período da publicação da obra em questão, estava ligado ao auge econômico da produção gomífera, o qual trouxe diversas mudanças (sociais, culturais, econômicas, arquitetônicas etc.) para a cidade de Belém que, aliadas aos ideais republicanos de civilização e progresso, contribuíram para a realização de projetos de reordenamento urbano e até mesmo para a educação do dado período. As questões econômicas, educacionais e sociais colaboraram positivamente para a publicação e editoração de livros didáticos. Destacando que, no Pará a obra “Exercícios de Portuguese”, compõe o acervo de livros escolares.

CONCLUSÃO

No Brasil, especialmente na Amazônia paraense, há uma grande dificuldade de se encontrar obra física, principalmente do final do século XIX e início do século XX. Estudos mostram que há poucos trabalhos que investigam a história de gramáticas no mundo. No que diz respeito à Amazônia paraense, não havia, até poucos anos, indícios de trabalhos, em qualquer período histórico, que tivesse como objeto de estudo de gramáticas sob o aspecto histórico. Esse dado motivou a criação do grupo de estudo em história do livro didático da Amazônia (GEHLDA), que tem como um dos objetivos catalogar livros didáticos de português (leitura e gramática) produzidos na Amazônia paraense no período de 1820 a 1920.

Os estudos sobre a história do livro didático na Amazônia estão possibilitando a reconstituição da história da educação no Brasil e, em especial, na Amazônia e, também, tem colocado os autores paraenses no cenário nacional e internacional pelas contribuições singulares referente a produção de livros escolares no século XIX e início do século XIX.

Nas investigações sobre os livros didáticos foram documentadas 28 gramáticas produzidas por 15 intelectuais paraenses, correspondente ao período de 1850 a 1920. Essa pesquisa não é exaustiva, contudo, mostra o grande volume de livros escolares produzidos no Pará na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Essas produções contribuíram grandemente para que o estado fosse colocado em uma situação privilegiada comparada com os demais Estados brasileiros. Como já foi exposto, o Estado do Pará se encontrava em um momento crucial naquela época, o que se designava como a era da borracha, o qual foi um período voltado para o cultural, econômico, e sócio- econômico, contribuindo grandemente para essa produção didática.

As gramáticas infantis produzidas na Amazônia paraense no período de 1850 a 1920, contam com um acervo diferenciado e significativo. Algumas possuem um número maior de conteúdo, enquanto outras detêm um número elevado de atividades, como a obra “Exercício de Portuguez”, publicada em 1900 por Vilhena Alves. Essas obras foram de suma importância para a constituição da educação paraense, contribuindo grandemente para o desenvolvimento educacional do estado. Constituem uma base primordial para o conhecimento e desenvolvimento intelectual do educando no século XIX e início do século XX.

A obra Exercícios de portuguez está repleta de informações relevantes. Vê-se o cuidado e a destreza na produção da obra, pois o autor buscou repassar assuntos de uma forma sistemática, acessível para o seu público, conforme os padrões linguísticos da época,

buscando levar o aluno a compreender e aprender os assuntos trabalhados, e por meio dos exercícios verificar o conhecimento obtido.

Ao trabalhar de forma mais precisa com a obra, teve-se o cuidado de analisar e definir como o objeto de estudo está estruturado, observando as diferenças constituídas do fim do século XIX aos tempos atuais. E foi identificada uma distinção quanto a organização do livro didático analisado em relação às gramáticas da contemporaneidade. Neste caso, a obra “Exercícios de Portuguez” trabalha primeiro com todos os conteúdos e somente depois que vêm os exercícios. As gramáticas atuais trabalham com o conteúdo e logo em seguida apresenta os exercícios.

Os livros produzidos em determinado local e época podem ser uma fonte de informações sobre as condições de produção e apropriação de conhecimentos os quais contribuem grandemente para a constituição histórica. Nesse sentido, possuem um grande valor documental.

Esse trabalho visa atingir diversas áreas do conhecimentos, pois elenca a história, trazendo dados fundamentais para que se compreenda, de fato, como ocorreu o processo de produção de gramáticas no Estado do Pará no período de 1850 a 1920. Afinal, o livro didático é um instrumento de grande valor educacional, independentemente do contexto no qual está inserido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Jefferson Santos de. **Esboço sobre o surgimento, as características e a implantação do método monitorial/mútuo no Brasil do século XIX.** Cadernos da Pedagogia, São Carlos, ano 4, v. 4 n. 7, p. 86-95, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/179/105>>, Acesso em: 1 outubro. 2018.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BARROS, Diana Luz Pessoa de (org). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos.** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000.

BRAGA, Theodoro. **História do Pará.** Pará-Belém: Imprensa Oficial, 1913.

BITTENCOURT, Circe. **Em foco: história, produção e memória do livro didático.** In: Educação e Pesquisa, São Paulo, 2004b, v. 30, n. 3. p. 471-473.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Fernandes; CIRCE, Maria. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910).** Educação e Pesquisa [online]. 2004, 30 (set.-dez.): Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29830308>>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** In: LIMA, Nestor dos Santos. Um século de ensino primário. Natal: Typografia d'A República, 1927.

Britannica Escolar. Disponível em: <[https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Brasil Imp%C3%A9rio/483127](https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Brasil%20Imp%C3%A9rio/483127)>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização.** São Paulo, 1972.

COELHO, Maricilde Oliveira; SILVA Rodrigo Antonio da. **Fazer o mestre e o discípulo cidadão: revistas pedagógicas e identidade do professor republicano (1900-1919).** Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/ZJLzYhCy.doc>. Acesso em 2 de outubro de 2018.

_____. **O livro didático no Pará da Primeira República.** Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3128.pdf>>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

_____. **Para despertar no coração da mocidade o sentimento de amor à Pátria:** o livro Seleta Literária, do professor Francisco Ferreira Vilhena Alves. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS%20INTELECTUA>>

IS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/PARA%20DESPERTAR%20NO%20CO
RACAO%20DA%20MOCIDADE%20O%20SENTIMENTO%20DE%20AMOR%20A%20P
ATRIA.pdf>. Acessado em: 02 de agosto de 2018.

[Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.p.496. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 2 de outubro de 2018.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Col. Memória e sociedade).

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de Leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa [online] 2004, 30 (set.-dez.). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29830312>>. ISSN. Acesso em 28 de setembro de 2018.

DUARTE, RAIMUNDA DIAS. **Livros escolares de Leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre a educação de meninos, civilidade e moral cristã**/ Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. **A Escola Normal da Província do Grão-Pará no Império**. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/A%20ESCOLA%20NORMAL%20DA%20PROVINCIA%20DO%20GUAO-%20PARA%20NO%20IMPERIO.pdf>>. Império do Brasil. Acesso em 28 de setembro de 2018.

FREITAS, Iza Vanessa Pedroso de. **O Patrono das letras: cultura e política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930-1937)**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

GALLY, Christianne de Menezes. **Construção das gramáticas de Língua Portuguesa no Brasil no século XIX**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj80YzhgqHeAhWBIJAKHSj-BPUQFjABegQICBA&url=https%3A%2F%2Fsapientia.pucsp.br%2Fbitstream%2Fhandle%2F14254%2F1%2FChristianne%2520de%2520Menezes%2520Gally.pdf&usg=AOvVaw2LOLIQZ2DwRxxkHQQiuh0Db>>. Acesso em 31 de julho de 2017.

ORLANDI, Eni P. **História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Organizada: Campinas, SP: Pontes, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. 300p.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.

MACIEL, M. **Grammatica Analytica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1887.

MORAES, Felipe Tavares de. **A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político- educacional republicana** /Felipe Tavares de Moraes. UFPA/PPGED, 2011.

MOREIRA, Eidofe. **Obras Reunidas**, vol.VI, Belém: CEJUP, 1979

MORAES, Tarcísio Cardoso. **A engenharia da História: Natureza, Geografia e Historiografia na Amazônia**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. **A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: Ed.UEL, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise do ensino**. São Paulo: Editora UNISP, 2002.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500 - 2000**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. São Cristovão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

PARÁ. Academia Paraense de Letras. **Oceano de Letras**. Disponível em: <<https://nuhtaradahab.wordpress.com/2010/04/04/academia-paraense-de-letras/>>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

PARÁ. **Documentos da história da educação paraense**. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjLWxqIneAhXEEpAKHa7SDIEQFjAAegQICBAC&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.sbu.unicamp.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fhistedbr%2Farticle%2Fdownload%2F8639969%2F7530&usq=AOvVaw3wflPcBirr7mv7RCc6Yj_G>. Acesso em 2 de outubro de 2018.

PAULA, Camila. **Economia no Brasil Imperial – Primeira Parte**. Disponível em:<<https://descomplica.com.br/blog/historia/economia-no-brasil-imperial-primeiraparte/>>. Acesso em 28 de setembro de 2018.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **Ensino de português como elemento consciente de interação social: uma proposta de atividade com texto**. Ciências & Letras. Porto Alegre: FAPA, n. 17, p.189-198, 1996.

SILVA, Adailton Soares da e SOUZA, Aneilton Oliveira de. **Política Educacional no Brasil: do império à República**. Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE ano 5 n. 5 dezembro de 2011.

SILVA, Bruno Izaías da. **Segundo reinado**. Infoescola, 2008. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/segundo-reinado/>>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2008.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: um a proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º grau**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002.